

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA : UMA ABORDAGEM
COMPARATIVA AOS MODELOS ADOTADOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO E NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

SHEILA MARIA NEVES MARTINS

SHEILA MARIA NEVES MARTINS

**ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA : UMA ABORDAGEM
COMPARATIVA AOS MODELOS ADOTADOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO E NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

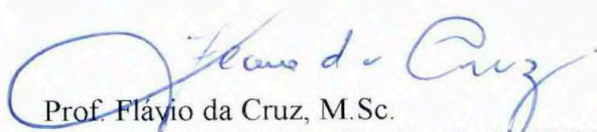
FLORIANÓPOLIS


2003

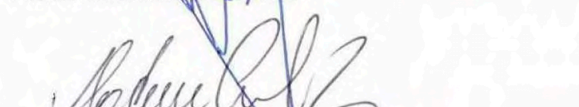
TERMO DE APROVAÇÃO**SHEILA MARIA NEVES MARTINS****ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA : UMA ABORDAGEM
COMPARATIVA AOS MODELOS ADOTADOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO E NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de 6,0, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.


Compuseram a banca:


Prof. Flávio da Cruz, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída...6,40..


Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída...6,14..


Prof. Vladimir Arthur Fey, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída...5,44..

Florianópolis, fevereiro de 2003.


Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.
Coordenador de Monografia do CCN

*Em tudo o que já fomos está o que seremos
No fundo desta noite tocam-se os extremos
E se soubermos ver nos sonhos o processo
Os passos para trás não são um retrocesso*

*A noite é um sinal de tudo quanto fomos
Dos medos, dos mistérios, das fadas e dos gnomos
Da ignorância pura e da ciência irmã
Em que, sendo passado, já somos amanhã*

(José Mário Branco, A Noite, 1985)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que, independente da minha ausência, da minha falta de atenção, dos meus erros e dos meus incontáveis atos de irresponsabilidade, sempre esteve ao meu lado e vai estar sempre comigo, onde quer que eu esteja.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, que, apesar da distância que nos tem separado fisicamente no decorrer dessa trajetória, sempre me deram força para seguir com os meus objetivos e acreditar sempre nos meus sonhos. Cada lágrima derramada de saudade, de solidão e de desamparo, valeram a pena; vocês existem, são minha vida e vão me apoiar sempre (ou quase).

À minha música que, da sua maneira, foi a força motriz para não me deixar desistir.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial, ao professor Flávio da Cruz, que teve uma paciência de anjo na orientação deste trabalho e soube entender, em diversos momentos, a minha paixão musical, e à professora Ilse Maria Beuren, que, ainda no início do curso, me apoiou de uma maneira muito especial, o que contribuiu bastante na formação de uma outra visão sobre a relação professor-aluno que geralmente se vê nos cursos.

A todos os meus amigos, que, no decorrer do curso, cobraram a minha companhia para desabafar, para compartilhar alguma alegria, ou simplesmente para dividir uma mesa de bar e que, por vários motivos acadêmicos, eu não pude estar presente.

Às amigas Giani, Fabíola, Ivane, Joice, Daniela, Kika, Evelize, Vanessa, e aos amigos Erich, Nalder, todo o pessoal da banda (Alan, my precious, em especial), Felipe, Ezequiel, Sanlio, que, com brincadeiras e palavras de conforto, contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Às minhas super-fantásticas amigas, Liége e Mércia, que pelo simples fato de existirem e de terem aparecido em minha vida, já valeram a pena todos os obstáculos encontrados pelo caminho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que me deram muitas vezes "casa, comida e roupa lavada", que me apoiaram e, de uma forma ou de outra, foram (ou são) peças que, sem elas, eu não poderia nunca ter completado o quebra-cabeças dessa etapa tão importante da minha vida.

MUITO OBRIGADA A TODOS!

SUMÁRIO

	AGRADECIMENTOS.....	v
	SUMÁRIO.....	vi
	LISTA DE QUADROS.....	viii
	RESUMO.....	ix
1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Considerações Iniciais.....	1
1.2	Tema.....	3
1.3	Problema.....	4
1.4	Objetivos.....	4
1.5	Justificativa.....	5
1.6	Metodologia.....	6
1.7	Limitação da Pesquisa.....	8
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1	Abordagens sobre a história do currículo.....	9
2.2	Conceitos de currículo.....	11
2.3	Relação entre o conceito de currículo e o papel do professor.....	15
2.4	A história da Contabilidade.....	16
2.4.1	Período Antigo.....	17
2.4.2	Período Medieval.....	19
2.4.3	Período Moderno.....	20
2.4.4	Período Científico.....	21
2.4.5	Escola Norte-americana.....	22
2.5	Conceito de Contabilidade.....	23
2.6	O curso de Ciências Contábeis no Brasil e em Santa Catarina.....	24
3	UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	26

3.1	Síntese do conteúdo curricular do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.....	26
3.2	As diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis.....	38
3.3	O conteúdo das disciplinas do curso na atualidade.....	38
3.4	Comparação entre a grade curricular de 03 (três) universidades de diferentes regiões brasileiras.....	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	54
	ANEXOS.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro n.º 1	Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis, implantado em 1978.....	27
Quadro n.º 2	Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis no período matutino implantado em 1991.....	31
Quadro n.º 3	Estrutura Curricular no Período Matutino do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado em vigência desde 1994.....	34
Quadro n.º 4	Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado - Universidade de São Paulo – USP (matutino).....	42
Quadro n.º 5	Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado - Universidade de Brasília – Unb (matutino).....	45
Quadro n.º 6	Síntese da estrutura curricular dos cursos de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília).....	49

RESUMO

O presente trabalho consiste na abordagem da estrutura do currículo do curso de Ciências Contábeis, diante das últimas propostas e mudanças no cenário educacional de brasileiro, mais especificamente no ensino superior, com base em estudos bibliográficos.

O estudo tem por objetivo fazer uma abordagem acerca da estruturação curricular e sua influência no processo de formação do perfil do futuro profissional da Contabilidade no exercício da sua função e na sua responsabilidade junto à sociedade, associado a outros fatores sociais, culturais e pedagógicos. Apontam-se alguns aspectos estruturais e conjunturais e opina-se sobre a adequação ou não do currículo do curso realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em face de determinadas situações típicas do mercado de trabalho e do complemento instrucional para a cidadania.

Através de citações de conceitos de currículo e de contabilidade, onde, conseqüentemente, apresenta-se uma retrospectiva histórica do curso de Ciências Contábeis no Brasil e no Estado de Santa Catarina, busca-se, inicialmente, relacionar a importância de uma estruturação curricular do curso superior de contabilidade frente às constantes atualizações, principalmente no contexto tecnológico e pedagógico, enquanto complemento no programa educacional que une estudante, corpo docente, instituição de ensino e mercado de trabalho.

Por fim, apresenta-se as propostas para as diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis no ensino superior brasileiro, a grade atual aplicada nesse curso da Universidade Federal de Santa Catarina em comparação à estrutura curricular da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília, considerando-se alguns aspectos políticos, sociais e econômicos.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Iniciais

O trajeto educativo que os estudantes percorrem desde o início de sua vida acadêmica é um dos pontos fundamentais na determinação do perfil do profissional que se deseja formar para a sociedade e este é um dos fatores para a sua introdução, com êxito, no mercado de trabalho. Hoje, ao mesmo tempo em que nos deparamos com a realidade do desemprego no Brasil, constatamos que determinadas empresas estão à caça de novos talentos sem, muitas vezes, encontrar profissionais que estejam preparados para sobreviver na "selva" corporativa. A velocidade com que as informações transitam no mundo é consequência das diversas transformações que vêm ocorrendo nas empresas e nas profissões, decorrentes, em grande parte, dos constantes avanços tecnológicos e da globalização.

Segundo VOLTAIRE, "...a expressão "globalização" tem sido utilizada recentemente no sentido marcadamente ideológico, no qual assiste-se no mundo inteiro a um processo de integração econômica sob a égide do neo-liberalismo, caracterizada pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados (...) e pelo abandono do Estado de bem-estar social."

Apesar da relevância no preparo educacional para a formação deste futuro profissional, independente da sua área de atuação, há um assunto que tem levantado sérias críticas e discussões quanto à forma como está atualmente estruturado: o currículo dos cursos das instituições de ensino superior.

Antes de entrar nas críticas e discussões acerca da temática supracitada, faz-se necessária a citação de um conceito. O conceito de currículo é apresentado de formas variadas por inúmeros autores, no entanto, de acordo com SACRISTÁN (1998) "na educação contemporânea, sua definição é basicamente a forma de como são organizados os conhecimentos para que possam ser transmitidos, ou seja, uma estruturação do que deve ser ensinado e aprendido".

No meio contábil e em eventos conhecidos como Congresso Brasileiro de Contabilidade - CBC, Encontro Nacional dos Estudantes de Contabilidade - ENECIC, fóruns do Instituto Brasileiro de Contabilidade - IBRACON e fóruns de estudo do Instituto dos

Audidores Internos do Brasil – AUDIBRA, muitos questionamentos têm sido feitos a respeito do perfil do profissional a ser formado pelas universidades, da qualificação do corpo docente, do futuro da profissão contábil, do projeto pedagógico das instituições de ensino superior, do Exame de Suficiência Profissional, enfim, de diversos temas relacionados direta ou indiretamente com a questão curricular.

Todavia, como esse assunto não abrange somente dimensões pedagógicas e sociais mas, também, dimensões políticas, tecnológicas, econômicas, ecológicas, demográficas, legais e culturais, observa-se que, apesar das discussões e de vários trabalhos já realizados sobre o assunto, o currículo do curso de Ciências Contábeis, como os demais cursos de ensino superior no Brasil, não acompanha a evolução da realidade conjuntural que ora se apresenta.

As diretrizes curriculares do MEC - Ministério da Educação e Cultura contidas no Edital n. 04-97, "têm por objetivo servir de referência para as IES - Instituições de Ensino Superior - na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, em vez de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas". Dividem-se em sete tópicos: 1) perfil desejado do formando; 2) competências e habilidades desejadas; 3) conteúdos curriculares; 4) duração dos cursos; 5) estruturação modular dos cursos; 6) estágios e atividades complementares e 7) conexão com a avaliação institucional.

Além destes tópicos, que compreendem uma orientação geral na organização das diretrizes curriculares, o Edital também apresenta informações básicas contendo os objetivos de cada um. No entanto, no cotidiano das universidades, principalmente no que se refere à estruturação curricular dos cursos superiores, nas IFES – Instituições Federais de Ensino Superior, a aplicação destas diretrizes, em função da ausência de um sistema permanente de monitoramento, pode não ocorrer na prática.

Atualmente, devido, também, à instituição do Exame de Suficiência Profissional, estabelecido pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, podemos encontrar, principalmente em revistas especializadas de contabilidade, diversos assuntos que tratam da questão curricular do curso de Ciências Contábeis, conforme se verifica na bibliografia da presente monografia. Os artigos dessas revistas versam sobre como a composição e estruturação do currículo poderão influenciar no futuro do profissional que se deseja formar. Há, também, algumas obras que constam na referência bibliográfica deste estudo, que tratam do currículo voltado especificamente para o campo da educação.

Embora as questões aqui arroladas não sejam objeto principal da presente monografia, sabe-se que elas existem e trazem alguns conflitos quando o assunto se relaciona

com o dia-a-dia do ensino no Brasil: 1) a forma com que a tecnologia educacional atinge os conhecimentos nas aulas tem produzido os resultados esperados? 2) O ensino, da maneira como tem sido aplicado, deve ser aperfeiçoado em nível de conteúdo e potencial de utilização no mercado de trabalho? 3) Qual é o perfil do profissional que se deseja formar? 4) Para os docentes e alunos, aquilo que ensinam e aprendem, respectivamente, tem o significado ou valor que lhe é atribuído? 5) Por quanto tempo são aplicáveis?

Presume-se que, quando exauridas as discussões sobre as mesmas, ter-se-á atenuado ou solucionado boa parte desses conflitos.

Destaca-se, ainda, sobre os questionamentos conflitivos no ensino, que o entendimento genérico de tecnologia educacional contempla o uso das técnicas de ensino/aprendizagem; a escolha do método didático pedagógico; e a articulação destes com os instrumentos e/ou ferramentas adotados como material de apoio no processo de ensino.

A partir dessa breve introdução sobre currículo, direcionado para o ensino superior de Ciências Contábeis, tem-se a idéia do contexto onde se situaram as preocupações e curiosidades da autora do presente trabalho monográfico, causando como provocação a escolha do tema que será melhor elucidado no sub-capítulo seguinte.

1.2. Tema

A temática deste estudo consiste na abordagem da estrutura do currículo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, diante de recentes mudanças no cenário curricular brasileiro, com base nas propostas das diretrizes curriculares constantes no Parecer CNE/CES n.º 146, aprovado em 03 de abril de 2002, homologado em 09 de maio de 2002, e ainda não instituídas em Resolução pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, e tomando como referência o que vêm sendo adotado como estruturação do currículo desse curso na Universidade de São Paulo e na Universidade de Brasília.

1.3. Problema

Em função das inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nas duas últimas décadas, presumia-se que muitos cursos universitários no Brasil, especialmente nas IFES, não conseguiram acompanhar tais transformações. Tal presunção teve como balizador a suspeita de que a estrutura física, com o principal intuito de acompanhar as inovações tecnológicas, e a estrutura pedagógica, com a atualização e/ou alteração do currículo escolar, não evoluíram paralelamente ou, ainda, nas mesmas proporções que os efeitos advindos das transformações suscitaram. Por exemplo, profissionais recém-formados, em função dessas modificações, provavelmente, encontrem hoje diferentes tipos de dificuldades para conseguirem acesso ao mercado de trabalho que não encontravam há alguns anos atrás.

Um dos pontos de discussão a partir da suspeita de que o mercado de trabalho tornou-se mais exigente e o ensino superior não tem acompanhado esta evolução, é que os currículos, conseqüentemente, tornaram-se obsoletos ao menos neste ponto. Pode-se levantar, então, o seguinte questionamento: Como estruturar um currículo capaz de proporcionar ao estudante do curso de Ciências Contábeis o indicativo de que as disciplinas que constam no currículo do curso estão compatíveis com as grades curriculares adotadas pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Brasília, instituições de referência no ensino superior de contabilidade no Brasil?

1.4. Objetivos

O objetivo geral deste estudo, fiel ao tema proposto e de acordo com a curiosidade científica levantada pelos questionamentos, consiste em pesquisar quais as tendências para uma reestruturação da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

1. apresentar as origens do currículo e um breve histórico do mesmo no curso de Ciências Contábeis, a partir das publicações e monografias anteriores, detendo-se na análise da sua evolução na Universidade Federal de Santa Catarina a partir de 1978;
2. selecionar, dentre as universidades públicas estatais brasileiras, duas que presumivelmente são aceitas como referência na qualidade do ensino de Ciências Contábeis;
3. obter as grades curriculares das universidades selecionadas e, após efetuar a tabulação das disciplinas integrantes das respectivas grades, compara-las entre si;
4. emitir uma breve análise acerca das disciplinas contidas nas estruturas curriculares elencadas.

1.5. Justificativa

Na era da informação, onde ocorrem constantes inovações tecnológicas, o profissional contábil formado pelas universidades deveria se apresentar nesse contexto, como agente fundamental no processo de tomada de decisões das empresas.

Através do livro "O perfil do contabilista brasileiro", editado pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 1996, podem-se extrair alguns dados estatísticos sobre os profissionais da contabilidade, tais como: o contador brasileiro tem em média de 36 a 45 anos; portanto, jovem. Recebe mensalmente salários em torno de 1500 a 2500 dólares. Mais alguns dados revelam que 60% dos contadores são empregadores; portanto, empresários, e que 77% deles estão satisfeitos com a carreira e pretendem continuar nela. Ainda acerca desses dados: 85% possuem casa própria, 87% possuem veículo, 40% possuem outro curso superior e quase 100% dos contadores praticam algum tipo de esporte. Para os padrões nacionais, este perfil estaria enquadrado num ótimo nível qualitativo, no entanto, a realidade que se apresenta para o estudante enquanto perspectiva profissional no todo, difere, e muito, dos dados levantados, observando-se principalmente aspectos financeiros, culturais e sociais.

Não é objetivo deste trabalho monográfico discutir esta polêmica, e sim a responsabilidade por esta situação real, a qual poderia ser atribuída aos órgãos que regem a profissão, à mídia, ao acadêmico e futuro profissional, ao professor ou à má elaboração do currículo de curso. O fato é que tanto o currículo, quanto o corpo docente e o estudante podem ser apenas parte do contexto, ou pode-se atribuir também a eles, dentro dos limites legais e de

acordo com a liberdade formal de ação que lhes é permitido intervir, responsabilidade parcial por esta realidade da profissão contábil.

Deve-se ter presente que há uma complexa estrutura regulamentar sobre o sistema educacional brasileiro e numerosas instâncias decisórias a respeitar, quando o tema é mudança na estrutura curricular. Além disso, quaisquer mudanças apresentam alterações de ordem multidimensional e elas devem ser consideradas. Para ocorrerem possíveis modificações, o curso de Ciências Contábeis exigiria uma grade curricular condizente com as necessidades do mercado de trabalho e com o tipo de profissional a se formar, suficientemente apto para atuar nesse mercado, em paralelo ao complemento de sua formação para o exercício da cidadania e a vida em sociedade.

Vale ressaltar que o currículo escolar não atua sozinho nesse contexto. A participação do professor como educador, realizando pesquisas e também incentivando o aluno a pesquisar, bem como o interesse, o estímulo e a busca de novos conhecimentos pelo próprio acadêmico são elementos essenciais para que se possa alcançar a realidade desejada.

Não se deve perder de vista que além destas observações, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, exige a extensão como complemento educacional às atividades de ensino e pesquisa.

1.6. Metodologia

Metodologia significa tratado dos métodos, ou ainda, como afirma NÉLO, "...estudo da forma ou dos instrumentos necessários para a construção de uma pesquisa científica; é uma disciplina a serviço da ciência. O conhecimento dos métodos que auxiliam na elaboração do trabalho científico."

O livro de Fachin, quanto aos tipos de conhecimento, coloca da seguinte maneira "...por relacionar-se com o mundo de diferentes formas de vida, o homem utiliza-se de diversas formas de conhecimentos, por intermédio dos quais ele evolui e faz evoluir seu **habitat**. Dentre estes tipos de conhecimentos, encontram-se o filosófico, o teológico, o empírico e o científico". FACHIN (1993)

Já, segundo Lakatos, a classificação para os tipos de conhecimentos é a seguinte: "popular, filosófico, religioso e científico". LAKATOS (1992)

Para FACHIN (1993, p. 24):

“O conhecimento científico preocupa-se com a abordagem sistemática dos fenômenos (objetos), tendo em vista seus termos relacionais que implicam noções básicas de causa e efeito. (...) O conhecimento científico se apresenta em função da necessidade de o ser humano estar constantemente procurando aperfeiçoar-se e não assumir uma postura simplesmente passiva...”

No conceito apresentado por Köche, ainda no que se refere ao conhecimento científico, ele o define como "o que é produzido pela investigação científica. Surge ...do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas". KÖCHE (1985, p. 17)

Em decorrência do conhecimento científico, temos a pesquisa científica que, conforme Ruiz "... é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa". RUIZ (1989, p. 48)

Segundo este pensamento, GIL (1996, p. 22) complementa:

“ O planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa. O projeto, deve, portanto, especificar os objetivos da pesquisa, apresentar a justificativa de sua realização, definir a modalidade de pesquisa e determinar os procedimentos de coleta e análise de dados”.

Para Salomon, define-se como monografia "... o tratamento escrito aprofundado de um só assunto, de maneira descritiva e analítica, onde a reflexão é a tônica (está entre o ensaio e a tese e nem sempre se origina de outro tipo de pesquisa que não seja a bibliográfica e a de documentação)". SALOMON (1993, p. 179)

SALOMON (1993, p. 180) ainda afirma que a monografia é decorrente da pesquisa científica.

O método utilizado na elaboração da monografia foi uma pesquisa histórica e teórica, sendo o currículo dos cursos de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade de Brasília – UNB, objeto deste estudo.

Portanto, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa porque foram identificadas questões-chave e foram formuladas perguntas, descobrindo o que importa referente à temática abordada e o porquê; caracteriza-se como uma pesquisa documental porque a fonte de levantamento de dados está restrita a documentos escritos, que constituem o que se denominam fontes primárias e bibliográfica porque abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, relatórios de pesquisas, monografias, teses, dentre outros, até meios de comunicação oral, como rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais (filmes e televisão).

Para Marconi & Lakatos (1996, p.57), “o levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)”.

O estudo caracteriza-se, também, como uma pesquisa histórica porque trata de assuntos do passado e, ainda, como uma pesquisa teórica pois analisa as noções gerais e hipóteses acerca da temática proposta. Adota-se também um enfoque exploratório e descritivo, pois considera todos os fatos da realidade como importantes.

1.7. Limitação da Pesquisa

Este trabalho monográfico limitou-se a focar a grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFSC, não se aplicando, salvo em alguns aspectos específicos, a outros cursos, ainda que pertencentes às Instituições Federais de Ensino Superior.

A pesquisa bibliográfica limitou-se a consultas a livros, periódicos e monografias na Biblioteca da UFSC, biblioteca do Centro de Ciências da Educação, Coordenadoria de Monografias e consultas em sites da internet.

As grades curriculares tomadas como base para a comparação são pertencentes à UFSC, USP E UNB, e refletem o que era praticado no segundo semestre de 2002.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a base teórica que irá direcionar o presente trabalho.

2.1. Abordagens sobre a história do currículo

Por "currículo" entende-se, nas palavras do historiador canadense do currículo, TOMKINS¹, citado por Goodson, como "...o curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis, junto com a formulação de tudo - "metas e objetivos", conjuntos e roteiros - que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado." GOODSON (1995, p.117)

Se pensarmos, hoje, no termo "currículo", constata-se que ele está diretamente relacionado com aspectos educacionais e profissionais. Desde o ensino básico, está instituída, na educação brasileira, uma grade curricular na qual se tenciona definir como serão estruturadas as disciplinas, sua carga horária e o conteúdo a ser ministrado em cada uma delas, com o objetivo primordial de determinar quais informações devem ser repassadas ao estudante no decorrer do seu aprendizado.

DOLL JR. (1997) afirma que:

Em se tratando da história curricular, deve-se pensar, primeiramente, na criação do currículo como uma estrutura organizadora de objetivos, idéias e pensamentos. Observa-se que, dessa necessidade de categorizar o pensamento, previamente à necessidade de categorizá-lo, diversos autores e pensadores contribuíram, direta ou indiretamente, para o surgimento do currículo. Dentre eles, Descartes, Platão e Aristóteles, numa visão cosmológica; Nicolau Copernicus, Galileo Galilei e Johann Kepler, numa nova visão cosmológica sistemática e mecanicista; John Dewey e Jean Piaget numa visão de mundo biológica.

¹TOMKINS, G.S. A Common Countenance: Stability and change in the Canadian Curriculum. Scarborough: Prentice Hall, 1986.

Restrito aos objetivos da presente monografia e diante da limitação explicitada anteriormente, não se dispõe de uma obra que detalhe, no plano histórico, a origem do currículo das Ciências Contábeis no Brasil, de forma a delinear suficiente e validamente esse aspecto no ensino da Contabilidade.

Como exemplo histórico do currículo, examinar-se-á de forma sucinta a história da educação em biologia e ciências na Grã-Bretanha, no final do século XIX e no século XX, segundo Goodson, (1995, p. 120 e 121), como apresentado a seguir:

a) A história dessas duas matérias leva a três conclusões gerais sobre o processo como se tornaram matérias escolares - conclusões que, é bom lembrar, tem implicações fundamentais no estudo histórico de outros conjuntos de conhecimento profissional.

- A primeira conclusão é que as matérias não constituem entidades que podem ser reunidas em um único bloco, mas uma mistura em mutação de subgrupos e tradições que, mediante polêmica e compromisso, influenciam a direção dessa mudança.
- Em segundo, o processo de se tornar uma matéria escolar caracteriza a evolução da comunidade, que passa de uma comunidade que promove objetivos pedagógicos e didáticos para uma comunidade que define a matéria como uma disciplina acadêmica ligada com estudiosos de universidades.
- Por fim, o debate em torno do currículo pode ser interpretado em termos de conflito entre matérias em relação a status, recursos e território.

b) A evolução de um estágio que destaca o conteúdo para um outro que acentua a forma, foi sustentada pela pequena conexão que existe entre status acadêmico e alocação de recursos, conexão que é uma característica básica do sistema educacional britânico e cujas origens podem remontar ao sistema de exames criado pelas universidades no século XIX, isto é, da idealização de uma estrutura curricular à sua aplicação, à sua estilização, havia uma preocupação com alguns aspectos precursores.

c) As matérias, a partir deste efeito, procuraram ser reconhecidas como conjuntos de conhecimentos sujeitos a exame, pois esse status significava que elas teriam alunos mais habilitados, salários mais altos, melhores proporções de pessoal docente, subsídios mais elevados per capita, cargos mais graduados e, de modo geral, melhores perspectivas de carreira.

d) Nesse contexto, a matéria de biologia exemplificava este processo de mudança curricular que, em busca de um status acadêmico, apoiava o controle exercido sobre ela por estudiosos de universidades.

A matéria de biologia, utilizada como exemplo, reflete, então, na opinião de Goodson, a busca pela estruturação curricular, de forma a propiciar aos estudantes, já naquela época, uma perspectiva profissional e uma formação acadêmica de qualidade. Analisando o modelo histórico britânico, pode-se deduzir que a preocupação em adequar a qualidade de ensino e a introdução do egresso com sucesso no mercado de trabalho, podem não ser, prioritariamente, necessidades e anseios atuais.

No estudo de PIRES sobre currículo, há uma comparação discorrendo que:

“Apesar de algumas universidades brasileiras ostentarem níveis qualitativos que ainda se chocam com aquelas do mundo desenvolvido, onde, mesmo garantindo os mais altos conceitos de qualidade junto às demais instituições de ensino superior no Brasil, se comparadas às instituições de ensino estrangeiras, ainda apresentam condições de inferioridade relativas a vários aspectos, por exemplo, atualização de conteúdo, estrutura física e tecnológica, e apesar de outras se destacarem pela insuficiência de recursos financeiros e humanos, nos dias de hoje, verifica-se, mesmo com estas dificuldades, uma evolução não apenas no ensino de nível superior, mas em vários âmbitos educacionais.”

2.2. Conceitos de currículo

Segundo GOODSON (1995) a palavra currículo vem da palavra latina *Scurrere*, correr, e refere-se a curso (ou carro de corrida). A implicação referente à origem da palavra é que o currículo é definido como um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, a ser apresentado para estudo.

O autor ainda explana que “um dos problemas constantes relacionados ao estudo do currículo é que se trata de um conceito construído, com vários aspectos, e utilizado em vários campos. Isto tem contribuído para o surgimento não só de perspectivas teóricas, mas também de perspectivas técnicas e científicas.”

"Currículo é um termo relativamente recente no vocabulário educativo. Foi utilizado na reforma de 1973 e na de 1986-89 e tornou-se freqüente nos documentos educacionais a partir de então." (PACHECO, 1996).

Este termo não é muito utilizado na linguagem comum e os dicionários não o adaptam no seu significado educativo, podendo ler-se no Dicionário Internacional de Idiomas: currículo s.m. curso, carreira. Poder-se-ia, então, considerá-lo como parte de um curso literário, um atalho, uma pequena carreira.

No entanto, o currículo constituiu-se como campo teórico de conhecimento autônomo no domínio da educação há longos anos, de acordo com Doll Jr. O autor tem em Dewey, Bobbit e Tyler os principais precursores desta abordagem. (DOLL JR., 1997).

Ainda sobre a origem curricular, Pires complementa, informando que "A publicação da obra de Bobbit *The curriculum (O currículo)*, em 1918, é considerada um marco na emergência do currículo como campo especializado de estudo ao qual se seguiu a publicação de *How to make a curriculum (Como fazer um currículo)* em 1924, onde esse campo fica caracterizado, atualmente, por uma grande complexidade e diversidade de pontos de vista." (PIRES).

Apesar do termo ter se tornado bem mais popular nos últimos anos, começando até a estar na moda, atribui-se a ele sentidos e significados diversos. Nas diversas áreas da educação, pode-se afirmar que o currículo é, ainda hoje, reconhecido na sua significação mais antiga e limitada, ou seja, como programa, plano de estudos ou ainda como conjunto de disciplinas, embora nos últimos anos se tenha começado a ver o currículo não só como envolvendo conhecimentos, mas também capacidades, atitudes e valores.

O próprio termo *curriculum vitae* contribuiu para um afastamento em relação ao conceito de currículo na educação. Neste contexto, a identificação de currículo pelos alunos é utilizada apenas como um somatório de disciplinas.

Buscando traduzir a complexidade do objeto de estudo e os vários significados da noção de currículo, muitas vezes parciais e contraditórios, o texto de PIRES, na biblioteca virtual sob o título *Currículo e Desenvolvimento Curricular em Matemática* traz alguns conceitos de currículo, considerados como base para este estudo:

...Currículo como conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelos alunos dentro de um ciclo - nível educativo ou modalidade de ensino; currículo como programa de atividades planejadas, devidamente seqüencializadas, ordenadas metodologicamente, tal como se mostram num manual ou num guia do professor; currículo como resultados pretendidos da aprendizagem; currículo como concretização do plano reprodutor para a

escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas - como é o caso da formação profissional; currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma.

Este conjunto de itens contém posições diferentes quanto ao significado de currículo e levanta necessariamente alguns questionamentos sobre o que se deve levar em consideração quando se pretende compreender este conceito. Para PACHECO (1996, p. 86), sobressaem os seguintes questionamentos:

...Currículo deve propor o que se deve ensinar ou aquilo que os alunos devem aprender? Currículo é o que se deve ensinar e aprender ou é também o que se ensina e aprende na prática? Currículo é o que se deve ensinar e aprender ou inclui também a metodologia (as estratégias, métodos) e os processos de ensino? Currículo é algo especificado, delimitado e acabado que logo se aplica ou é de igual modo algo aberto que se delimita no próprio processo de aplicação?

Abordando o aspecto educativo de uma estrutura curricular, Pires reforça o valor da teoria do currículo, em confronto com o que ocorre na prática:

...O valor da teoria curricular precisa ser julgado em confronto com o currículo existente, definido, discutido e implantado nas escolas. No entanto, as teorias curriculares atuais geralmente não apresentam explicações ou hipóteses sobre o que se pode provar, o que está claro. Estas teorias atuais não são curriculares, são simplesmente programas, não são realistas. Elas não têm se preocupado com as questões sociais, políticas, econômicas e intelectuais que envolvem verdadeiramente o contexto curricular. Preocupam-se com o que deveria ou poderia ser, não com o possível e necessário. (PIRES)

SCHWAB¹, citado por DOLL JR. (1997, p.177), afirma que o campo do currículo "...está moribundo. Ele é incapaz, por sua presente metodologia e princípios, de continuar seu trabalho e contribuir significativamente para os avanços da educação. Ele exige novos princípios...uma nova visão...de seus problemas...e novos métodos apropriados a eles".

¹SCHWAB, J. *The practical language for curriculum*. Chicago: University of Chicago, 1970.

Na opinião da autora desta monografia, o posicionamento diante das várias definições aqui transcritas sobre as questões curriculares é certamente influenciado por um grande número de fatores que têm a ver com as práticas, os contextos de prática, as tradições, as teorias curriculares e os paradigmas dominantes em relação à educação. Opina-se que o currículo deve propor, de forma estruturada e objetiva, o que deve ser ensinado e aprendido pelos alunos, preocupando-se com os métodos e processos que regulam as atividades a se realizar na educação, em vista de um resultado determinado.

Quanto à afirmação de Schwab, entende-se o autor julgou de maneira inadequada e inflexível o currículo como moribundo e incapaz de contribuir na educação. Acredita-se que, a partir do momento em que o currículo for entendido não apenas como um programa e vir a envolver o contexto educacional e todos os aspectos relativos a ele, sua aplicabilidade será mais efetiva.

Em se tratando da construção do currículo, é natural que a forma como se vê seu desenvolvimento curricular dependa das posições ideológicas que se tem sobre o currículo. PIRES, citando PACHECO¹ (1996) afirma:

"...se vê o currículo como um plano de ação pedagógica ou como um produto que se destina à obtenção de resultados de aprendizagem organizados no âmbito da escola, o processo é dividido em três momentos principais: elaboração, implementação e avaliação. (..) Se se perspectiva o currículo como um projeto, rejeita-se a compartimentação anteriormente referida entre os três momentos e defende-se que o processo é um empreendimento compartilhado. Mas se, para além da visão do currículo como projeto, se assume o caráter problemático do seu desenvolvimento, reforça-se a interdependência dos participantes no processo e reconhece-se a liberdade de negociar e determinar conteúdos curriculares a alunos e professores..."

Concorda-se com o autor e, do ponto de vista de currículo enquanto praxis, a noção de desenvolvimento curricular refere-se principalmente ao processo de construção do currículo que passa pela sua elaboração, implementação e avaliação. O processo deste desenvolvimento deve ser dinâmico e integrado, estabelecendo elos de ligação, entre a teoria e a prática.

¹PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e praxis**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

2.3. Relação entre o conceito de currículo e o papel do professor

Na perspectiva do currículo como prática, este é mais do que um resultado ou um produto – é um processo. É algo constantemente em construção. É uma ferramenta que poderá ser utilizada de formas diferentes. Neste caso, a determinação da prática funciona como um aspecto central do desenvolvimento curricular. (PIRES)

Na opinião do autor, quanto à relação entre currículo-aluno-professor, tem-se que:

“...o currículo deve surgir como um processo de ação e reflexão, e não como um objeto emanado do sistema educativo, porque é na prática que se estabelece o diálogo entre a sociedade, os políticos, os técnicos, o sistema econômico, os alunos e os professores que o modelam. O processo de desenvolvimento curricular deve ser entendido como problemático, permitindo a alunos e professores a liberdade de negociar e determinar os conteúdos curriculares, estando os professores integrados em comunidades críticas e as escolas organizadas para a aprendizagem reflexiva.

Portanto, para que um currículo proposto numa instituição de ensino surta os efeitos desejados e necessários, é fundamental a participação do professor neste processo. Para Tânia SILVA (2000, p. 17), “A afirmação de que os problemas na formação em Contabilidade são decorrentes da estrutura curricular apresentada é no mínimo comodista, visto que, por melhor que seja um currículo, se não houver a mudança de mentalidade e conscientização do professor, não está garantida a sua execução”.

Entende-se que o professor, independente da matéria a ser ensinada, deveria, conhecer bem os alunos, seu público alvo, e, em função disto, variar os seus métodos de ensino. Neste processo, a ferramenta curricular é complementar, porém imprescindível.

Observa-se que são várias as dificuldades que atuam nesse contexto, no entanto, conforme afirma MARIA, “o professor tem um papel determinante no desenvolvimento do currículo, levando em consideração que nunca se poderá ver este desenvolvimento como uma questão simples ou administrativa, mas, fundamentalmente, educacional e social.”

2.4. A história da Contabilidade

A contabilidade existe desde os primórdios da civilização e, durante um longo período, foi considerada como a arte da escrituração mercantil. Utilizavam-se técnicas específicas, que foram se aperfeiçoando e especializando, sendo algumas delas aplicadas até hoje. Não obstante a origem milenar da contabilidade, identificada por historiadores como praticada em tempos remotos da civilização, embora de forma rudimentar e não sistematizada.

É interessante ressaltar, quando se diz que a contabilidade “...foi considerada como a arte da escrituração mercantil”, que a idéia que se tem até hoje de contabilidade, se perguntarmos à maioria das pessoas, reflete apenas essa definição, bem como a imagem que se tem do contador, apenas como “guarda-livros”, e não como peça-chave no papel decisório das mais variadas instituições.

O homem enriquecia, e isso impunha o estabelecimento de técnicas para controlar e preservar os seus bens. Aí se inicia a história da contabilidade, que segundo historiadores e estudiosos, se divide em quatro períodos, conforme trata MONTEIRO (1964):

Contabilidade do mundo antigo:

Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o primeiro livro específico sobre a área, Liber Abaci, da autoria de Leonardo Pisano, cuja obra tentou padronizar normas sobre a contabilidade.

Contabilidade do mundo medieval:

Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando foi publicado o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de autoria do Frei Luca Paciolo. Este não foi o inventor do Método das Partidas Dobradas mas foi ele quem enfatizou que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

Contabilidade do mundo moderno:

Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "La Contabilitá Applicatta alle Amministrizioni Private e Pubbliche", da autoria de Franscesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

Contabilidade do mundo científico:

Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

A obra de MONTEIRO (1964) explana de forma mais analítica a divisão de cada um desses períodos em que a Contabilidade está inserida.

2.4.1. Período Antigo

A Contabilidade empírica, praticada pelo homem primitivo, já tinha como objeto, o patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens nos seus aspectos quantitativos.

Os primeiros registros processaram-se, inicialmente, na memória do homem. Como este é um ser pensante, inteligente, logo encontrou formas mais eficientes de processar os seus registros, utilizando gravações e outros métodos alternativos. O inventário exercia um importante papel, pois a contagem era o método adotado para o controle dos bens, que eram classificados segundo sua natureza: rebanhos, metais, escravos, etc., ou seja, era através da contagem que o homem apurava, quantitativamente, esses bens. (MONTEIRO, 1964).

Se compararmos esses primeiros registros com aqueles que são realizados hoje em dia, a memória do homem como forma de armazenamento de dados foi substituída pela memória dos computadores, devido à evolução física, contextual e tecnológica pela qual a sociedade atravessou (e ainda atravessa) e devido, também, à grande quantidade de informações que englobam o universo econômico-financeiro do homem e das organizações como um todo. O inventário, ainda hoje, consiste numa forma de controle dos bens.

As primeiras escritas contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, quando o homem conseguiu fazer os seus primeiros desenhos e gravações em rochas. Os registros combinavam o figurativo com o numérico. Gravava-se a cara do animal cuja existência se queria controlar e o numero correspondente às cabeças existentes.

Os primeiros controles eram estabelecidos pelos templos, o que perdurou por vários séculos. Embora rudimentar, o registro, em sua forma, assemelhava-se ao que hoje se apresenta. O nome da conta, "matrizes", por exemplo, substituiu a figura gravada, enquanto o aspecto numérico se tornou mais qualificado, com o acréscimo do valor monetário ao quantitativo, ou seja, esta evolução na maneira de se processar os bens e valores permitiu que, paralelamente à aplicação, se pudesse demonstrar, também, a origem.

O sistema contábil é dinâmico e evoluiu com a duplicação de documentos e "selos de sigilo". Os registros se tornaram diários e, posteriormente, foram resumidos em papiros ou tábuas, no final de determinados períodos. Sofreram nova sintetização, agrupando-se vários períodos, o que lembra o diário, o balancete mensal e o balanço anual. (MONTEIRO, 1964).

Tudo indica que foram os egípcios os primeiros povos a utilizar o valor monetário em seus registros. Usavam como base, uma moeda, cunhada em ouro e prata, denominada "Shat". Adotavam, indiretamente, porém de maneira prática, o que hoje definimos como "Princípio do Denominador Comum Monetário". Entretanto, MARIA (2000), segundo sua pesquisa, afirma que "A própria bíblia, em seu livro Gênesis, cita a cidade de Ur onde foram encontrados por arqueólogos, documentos contábeis que registravam a mão-de-obra e materiais gastos em determinada obra. Isto prova que há 5.000 anos antes de Cristo o homem já se preocupava em apurar custos."

Os gregos, baseando-se em modelos egípcios, 2.000 anos antes de Cristo, já escrituravam Contas de Custos e Receitas, procedendo, anualmente, a uma confrontação entre elas, para apuração do saldo. Os gregos aperfeiçoaram o modelo egípcio, estendendo a escrituração contábil às várias atividades, como administração pública, privada e bancária. Quanto aos romanos, a documentação neste período é quase inexistente. (MONTEIRO, 1964).

2.4.2. Período Medieval

A origem e a evolução da contabilidade está, claramente, ligada ao povo italiano. Na Itália, em 1202, foi publicado o livro *Liber Abaci*, de Leonardo Pisano. Estudavam-se, na época, técnicas matemáticas, pesos e medidas, câmbio, etc., tornando o homem mais evoluído em conhecimentos comerciais e financeiros. Se os súmeros-babilônios plantaram a semente da contabilidade e os egípcios a regaram, segundo consta em registros bibliográficos, alguns deles supracitados, foram os italianos que fizeram o cultivo e a colheita.

Foi um período importante na história do mundo, especialmente na história da Contabilidade, denominado a "Era Técnica", devido às grandes invenções, como moinho de vento, aperfeiçoamento da bússola, etc., que abriram novos horizontes aos navegadores, como Marco Pólo e outros.

A indústria artesanal alastrou-se com o surgimento de novas técnicas no sistema de mineração e metalurgia. O comércio exterior incrementou-se por intermédio dos venezianos, surgindo, como consequência das necessidades da época, o livro-caixa, que recebia registros de recebimentos e pagamentos em dinheiro. Já se utilizavam, de forma rudimentar, o débito e o crédito, oriundos das relações entre direitos e obrigações, e referindo-se, inicialmente, a pessoas.

O aperfeiçoamento e o crescimento da contabilidade foram a consequência natural das necessidades geradas pelo advento do capitalismo, nos séculos XII e XIII. O processo de produção na sociedade capitalista gerou um acúmulo de capital, alterando-se as relações de trabalho. O trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado, tornando os registros mais complexos. No século X, apareceram as primeiras corporações na Itália, transformando e fortalecendo a sociedade burguesa. (MONTEIRO, 1964).

Pode-se concluir então que, a medida em que as civilizações evoluíam, a busca pelo aprimoramento das técnicas de registros de contabilidade eram crescentes, considerando-se o contexto na qual a sociedade se enquadrava enquanto pessoa física e jurídica, ou seja, através do levantamento e controle de dados contábeis do indivíduo e das corporações.

No final do século XIII apareceu, pela primeira vez a conta "capital", representando o registro de ingressos oriundos dos proprietários.

O método das partidas dobradas teve sua origem na Itália, embora não se possa precisar em que região. O seu aparecimento implicou a adoção de outros livros que tornassem mais analítica a Contabilidade, surgindo, então, o livro da Contabilidade de Custos. Em consequência desse novo método, a contabilidade passou a exigir novos livros de registro, entre os quais se destacam o Diário, o Razão e o próprio livro de custos. (MONTEIRO, 1964).

2.4.3. Período Moderno

O período moderno para a contabilidade iniciou-se em 1202, quando se delimitou o fim do período antigo. Foi a fase da pré-ciência.

Em 1493, os turcos tomam Constantinopla, o que fez com que grandes sábios bizantinos emigrassem, principalmente para Itália. Em 1492, é descoberta a América e, em 1500, o Brasil, o que representava um enorme potencial de riquezas para alguns países europeus. No ano de 1517, ocorreu a reforma religiosa onde os protestantes, perseguidos na Europa, emigram para as Américas, se radicaram e iniciaram nova vida.

A Contabilidade tornou-se uma necessidade para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas que o Novo Mundo representava.

O aparecimento da obra de Frei Luca Paccioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci, que viveu na Toscana, no século XV, marca o início da fase moderna da Contabilidade e traz uma sistematização para essa ferramenta.

O tratado destacava, inicialmente, o que era necessário ao bom comerciante. Em seguida, conceituava inventário e como fazê-lo. Discorria sobre livros mercantis: memorial, diário e razão, e sobre a autenticação deles; sobre registros de operações: aquisições, permutas, sociedades, etc. sobre contas em geral, etc. (MONTEIRO, 1964).

Vale ressaltar no estudo deste período que, apesar da obra do Frei Luca Paccioli ter sido de grande importância na história da contabilidade, uma vez que tal obra passou a ser

estudada e praticada de forma sistematizada, em decorrência da disseminação em maior escala do método das partidas dobradas, ocasionando uma unificação de procedimentos para a escrituração de natureza contábil, muitas vezes, confunde-se que foi ele quem descobriu o método supracitado; tal informação não procede.

2.4.4. Período Científico

O Período Científico inicia-se em 1840 e apresenta, nos seus primórdios, dois grandes autores consagrados: Francesco Villa, escritor milanês e contabilista público, que, com sua obra "*La Contabilità Applicata alle amministrazioni Private e Pubbliche*", inicia a nova fase; e Fábio Bésta, escritor veneziano, conforme citado anteriormente.

Os estudos envolvendo a Contabilidade fizeram surgir três escolas do pensamento contábil: a primeira, chefiada por Francisco Villa, foi a Escola Lombarda; a segunda, a Escola Toscana, chefiada por Giuseppe Cerboni; e a terceira, a Escola Veneziana, por Fábio Bésta.

Embora o século XVII tivesse sido o berço da era científica e Pascal já tivesse inventado a calculadora, a ciência da Contabilidade ainda se confundia com a ciência da Administração, e o patrimônio se definia como um direito, segundo postulados jurídicos. Nessa época, na Itália, a contabilidade já chegara à universidade. A contabilidade começou a ser lecionada com a aula de comércio da corte, em 1809. (MONTEIRO, 1964).

A obra de Francesco Villa foi escrita para participar de um concurso sobre Contabilidade, promovido pelo governo da Áustria, que reconquistara a Lombardia, terra natal do autor. Além do prêmio, Villa teve o cargo de Professor Universitário.

Francisco Villa extrapolou os conceitos tradicionais de Contabilidade, segundo os quais escrituração e guarda livros poderiam ser feitas por qualquer pessoa inteligente. Para ele, a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem a matéria administradas, ou seja, o patrimônio. Era o pensamento patrimonialista. Foi o início da fase científica da Contabilidade.

Fábio Bésta, seguidor de Francesco Villa, superou o mestre em seus ensinamentos. Demonstrou o elemento fundamental da conta, o valor, e chegou, muito perto de definir Patrimônio como objeto da Contabilidade.

Foi Vicênio Matiz, seguidor de Fábio Bésta, quem pela primeira vez, em 1923, definiu Patrimônio como objeto da Contabilidade. O enquadramento da Contabilidade teve, sobretudo, o incrível mérito de chamar atenção para o fato de que a Contabilidade é muito mais do que mero registro; é um instrumento básico de gestão.

Os defeitos da escola Européia tiveram como base, o peso excessivo da teoria, sem demonstrações práticas, sem pesquisas fundamentais: a exploração teórica das contas e o uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade necessária, principalmente, na Contabilidade Gerencial, preocupando-se demais em demonstrar que a Contabilidade era uma ciência ao invés de dar vazão à pesquisa séria de campo e de grupo. (MONTEIRO, 1964).

Essa problemática ainda persiste nos dias atuais, onde, por motivos materiais, sociais e políticos, não se busca, no tempo necessário, essa mudança educacional teórico/prática, isto é, com o advento da globalização, dos avanços tecnológicos e da velocidade com que o mercado profissional, econômico e financeiro tem acompanhado essas tendências, urge a necessidade de evoluir, aplicando na prática todos os conhecimentos teóricos, de acordo com as transformações vigentes e próximas.

A partir de 1920, aproximadamente, inicia-se a fase de predominância norte-americana dentro da Contabilidade.

2.4.5. Escola Norte-Americana

A partir da década de 20, deste século, enquanto as escolas européias declinavam, aumentava a quantidade de escolas norte-americanas com suas teorias e práticas contábeis, favorecidas não só pelo apoio de uma complexa estrutura econômica e política, mas também pela pesquisa e trabalho sério dos órgãos vinculados a essa estrutura. Segundo o texto da biblioteca virtual, *A história da Contabilidade*, "O surgimento do *American Institut of Certield Public Accountants* foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis. Havia uma total integração entre acadêmicos e os já profissionais da Contabilidade, o que não ocorreu com as escolas européias, onde as universidades foram decrescendo em nível e em importância."

A criação de grandes empresas, como as multinacionais, por exemplo, que requerem grandes capitais, de muitos acionistas, foi a causa primeira do estabelecimento das teorias e

práticas contábeis, que permitissem correta interpretação das informações, por qualquer acionista ou outro interessado, em qualquer parte do mundo. Observa-se que essa necessidade de se organizar e controlar informações empresariais, que englobam as de origem quantitativa e qualitativa (valores, produtos, publicidade, maquinário, pessoal etc.) não é recente e a cada nova mudança nos vários contextos que compreendem o cenário mundial, elas se tornam cada vez mais frequentes.(MONTEIRO, 1964).

No início do século atual, surgiram as gigantescas *corporations*, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que os Estados Unidos da América experimentou e ainda experimenta (apesar desta afirmação, ultimamente, estar sendo bastante questionada), constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis. Não é por acaso que, atualmente, o mundo possui inúmeras obras contábeis de origem norte-americana que têm reflexos diretos nos países de economia. (MONTEIRO, 1964).

Quando se faz referência à Escola Norte-Americana, destaca-se apenas o modo de expressão mais freqüentemente adotado, no qual enfoca-se as ocorrências dos Estados Unidos da América do Norte. Porém vale citar que o México e o Canadá também apresentaram papel fundamental na história da contabilidade, em paralelo à Escola Norte-Americana.

2.5. Conceito de Contabilidade

O conceito de contabilidade no dicionário de língua portuguesa, segundo HERNANDEZ, é "a arte de escriturar livros comerciais; contadoria; cálculo". O conceito, no entanto, é muito mais abrangente deste que ora se apresenta.

De acordo com DRUMMOND, (1995, p. 74):

A Contabilidade é a ciência do patrimônio e objetiva, principalmente, a concepção e a coordenação racionais das contas relativas ao trabalho e às transformações do capital. Em torno de seu objeto, A contabilidade se organiza como um sistema aberto: coleta dados, processa-os, de forma sistêmica e mensurável, produzindo informações certas, atendendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, sobre os quais se podem estabelecer previsões.

Como se pode observar no conceito supra mencionado, a contabilidade é uma ciência. Como tal, é um saber, não apenas uma prática.

Segundo AVI (1999, p.12), "a contabilidade, como ciência, apresenta as seguintes características: tem objeto de estudo próprio; utiliza-se de métodos racionais; apresenta-se em constante evolução; tem caráter preditivo; relaciona-se com os demais ramos do conhecimento científico." No Brasil, de acordo com a classificação das áreas de conhecimento, a Ciência Contábil é considerada uma ciência social aplicada. (AVI, 1999 p.13).

Esta associação da contabilidade como uma ciência é, também, confirmada na definição de LAKATOS (1983, p. 24), quando afirma que "Toda ciência deve possuir um objetivo, uma finalidade, uma função principal e um objeto de estudo. Nesta caracterização, o objeto científico da Contabilidade é mensurar, explicar, predizer e controlar o resultado das entidades contábeis; o objeto específico de estudo da Contabilidade é o patrimônio de uma entidade..."

No ambiente acadêmico, a contabilidade é conceituada como o meio utilizado para se manter o controle permanente do patrimônio de uma empresa, tendo como finalidade o registro de toda as transações comerciais, industriais, de entidades sem fins lucrativos e de empresas prestadoras de serviços que são efetuadas, onde, para o registro destas transações utiliza-se a escrituração, que evoluiu de manual para digitada, consistindo no registro dos fatos que ocorrem na empresa, nos livros próprios, utilizando os recursos tecnológicos cabíveis e dentro, é claro, das Normas Brasileiras de Contabilidade.

2.6. O curso de Ciências Contábeis no Brasil e em Santa Catarina

Apesar da contabilidade fazer parte da história da humanidade desde os primórdios e, no decorrer dos séculos, ter se destacado como ciência e como ferramenta fundamental na gestão e desenvolvimento da economia, somente no ano de 1809 ela passou a ser lecionada no Brasil.

Segundo registros do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, como afirma AVI (2000, p. 27):

"...a contabilidade provavelmente começou a ser lecionada com a aula de comércio da côrte, em 1809, que foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, e com a transformação desta, em 1856, em Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo o Brasil um dos primeiros países a ter estabelecido o Ensino Superior de Contabilidade. O Brasil sofreu influência da corrente italiana até a antiga Lei das Sociedades Anônimas. Entre 1920 e 1940 cada empresa comercial ou industrial (...) tinha o seu "guarda-livros", este fazia de tudo: a contabilidade da firma, a escrituração, a correspondência, os contratos e distratos, preenchia cheques, fazia pagamentos e recebimentos."

Em Florianópolis - Santa Catarina - fundou-se o Instituto Polytechnico em 1917, sendo esta a primeira instituição de Ensino Superior do Estado.

No ano de 1924, o curso de Comércio ministrado por esta instituição foi subdividido em Ciências Contábeis e Ciências Jurídico-Comerciais. A titulação adquirida por quem se formava no curso de Ciências Contábeis era de Guarda-Livros e Perito Judicial. Este instituto foi extinto em 1935. (VIEIRA¹, apud MARIA, 2000, p.28)

No ano de 1943, o Conselho Diretor da Academia do Comércio de anta Catarina criou a primeira Faculdade de Ciências Econômicas. Esta se manteve até o ano de 1959, quando passou, então, a fazer parte da Universidade Federal de Santa Catarina. (AMORIM, 1999).

¹VIEIRA, Amazile de Holanda. *Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis*. A&P, 1986, 128 p.

3. UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

3.1. Síntese do conteúdo curricular do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina

O curso superior de Ciências Contábeis foi criado através da Portaria n.º 39 de 08 de fevereiro de 1965, pelo Ministério da Educação e Cultura e teve seu reconhecimento através do Decreto n.º 75.590 de 10 de abril de 1975, pela Presidência da República. (MARIA, 2000)

Anterior à criação do curso, fundou-se o Departamento de Ciências Contábeis, no ano de 1963, na antiga Faculdade de Ciências Econômicas. Conforme supracitado, a Ciência Contábil era uma subdivisão desse curso superior. (MARIA, 2000)

No ano de 1966 verifica-se uma preocupação em estabelecer um novo currículo para a Faculdade de Ciências Econômicas, em paralelo com a criação do departamento de contabilidade. A grade curricular do primeiro Curso Superior de Ciências Contábeis em Santa Catarina entrou em vigor a partir do ano de 1965, em períodos anuais. (MARIA, 2000)

Observa-se, no primeiro e segundo anos de curso, que havia apenas duas disciplinas de contabilidade (Contabilidade Geral e Contabilidade Estrutura e Análise de Balanços, respectivamente). As demais disciplinas compreendiam conteúdos nas áreas de Direito, Economia, Matemática, Estatística, Administração, Sociologia.

A partir das disciplinas estabelecidas na grade curricular do início do curso de Ciências Contábeis daquela época, nota-se uma preocupação no sentido de colocar o aluno em contato com as mais diversas áreas de conhecimento, ligadas direta ou indiretamente ao curso, proporcionando ao acadêmico a possibilidade de lidar, além do ângulo contábil, com aspectos legais, econômicos, administrativos, financeiros e sociais.

No terceiro e quarto anos, o curso continha, basicamente, disciplinas da área contábil: Técnica Comercial e Finanças das Empresas, Contabilidade Comercial e Contabilidade de Custos no terceiro ano e Contabilidade Pública, Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Bancária e Auditoria Contábil no quarto ano. (MARIA, 2000)

Em 1972, verificou-se, novamente, a necessidade de reformular o currículo. A proposta surgiu do Curso de Direito que propôs a reformulação do currículo de todos os cursos do Centro Sócio-Econômico. (MARIA, 2000)

A reformulação do currículo ocorreu em 1973 e passou a vigorar no mesmo ano, sendo que, a partir de então, o curso passaria a ser dividido em períodos semestrais, como ainda se apresenta atualmente, com 30 vagas a cada semestre, somente no turno matutino. (MARIA, 2000)

O curso seria composto, então, por 08 (oito) fases/semestres. Neste novo currículo, as disciplinas de contabilidade passariam a ser ministradas somente a partir da segunda fase, uma vez que as disciplinas da primeira e segunda fases faziam parte do ciclo básico comum a todas as áreas de Ciências Humanas e Sociais e as da terceira fase faziam parte do ciclo profissionalizante. (MARIA, 2000)

Observa-se que houve uma mudança básica quanto ao currículo anterior no que se refere às disciplinas de contabilidade, uma vez que na estrutura curricular anterior, tais disciplinas eram ministradas na primeira fase. Provavelmente, com a intenção de melhorar o ambiente educacional e frente às mudanças pela qual toda sociedade passa, nesta reformulação curricular, as disciplinas específicas de contabilidade seriam ministradas a partir do segundo período.

A partir de 1979, através da Portaria n.º 393/78, passa a vigorar o currículo do curso noturno de Ciências Contábeis. Conseqüentemente, aumentou o número de vagas e as oportunidades da comunidade estudantil de ingressar num curso superior na área contábil. (MARIA, 2000)

A grade curricular do curso noturno de Ciências Contábeis dividia-se em 10 (dez) fases/semestres, com ciclos básico e profissionalizante e o compunham basicamente as mesmas disciplinas do currículo diurno, porém divididas em menos créditos por semestre. (MARIA, 2000)

Quadro n.º 1

Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis implantado em 1978

Período: NOTURNO

1.º ciclo-básico: 46 CRÉDITOS

2.º ciclo-profissionalizante: 137 CRÉDITOS

❖ **Disciplinas do 1.º ciclo:**• **Primeira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
EPB 1504	Estudo dos Problemas Brasileiros I	-	2
FIL 1101	Filosofia I	-	3
FIL 1115	Metodologia Científica	-	2
LLV 1119	Português I-A	-	4
SCL 1217	Estudo dos Problemas Catarinenses	-	3
LLE 1112	Inglês I-A	-	5
PDS 1001	Prática Desportiva	-	2

• **Segunda Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
MTM 1140	Matemática Básica	-	3
CAD 1103	Administração I (Introdução)	-	4
DPS 1113	Instituições de Direito Privado II	-	4
DPC 1109	Instituições de Direito Público II	-	4
PDS 1002	Prática Desportiva II	-	2

• **Terceira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CEC 1202	Estatística I	-	3
CCN 1101	Contabilidade I	-	4
MTM 1141	Matemática Superior I	-	4
SCL 1128	Sociologia Geral I	-	4
PDS 1003	Prática Desportiva III	-	2

❖ **Disciplinas do 2.º ciclo:**• **Quarta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
DPS 1203	Legislação Social	DPS 1113	4
CCN 1102	Contabilidade II	CCN 1101	5
CEC 1203	Estatística II	CEC 1202	4
MTM 1142	Matemática Superior II	MTM 1141	5
CNM 1105	Introdução à Economia	-	4
PDS 1004	Prática Desportiva IV	-	2

- **Quinta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
MTM 1143	Matemática Superior III	MTM 1142	
CCN 1105	Contabilidade Comercial	CCN 1102	
CEC 1101	Introdução à Ciência da Computação	-	
DPC 1110	Legislação Tributária	DPS 1113	
PDS 1005	Prática Desportiva V	-	

- **Sexta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
MTM 1150	Matemática Comercial e Financeira	-	5
CCN 1135	Contabilidade Industrial	CCN 1102	4
DPS 1111	Legislação Comercial	DPS 1113	3
CEC 1102	Cálculo Numérico em Computadores	CEC 1101	4
Disciplina Optativa			
PDS 1006	Prática Desportiva VI	-	2

- **Sétima Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 1133	Contabilidade Agrícola	CCN 1102	2
CCN 1201	Contabilidade Mecanizada	CCN 1102	3
CCN 1131	Contabilidade de Custos I	CCN 1102	3
CCN 1116	Técnica Comercial II	CCN 1102	4
CAD 1107	Administração Financeira e Orçamento I	CCN 1102	6
Disciplina Optativa			
PDS 1007	Prática Desportiva VII	-	2

- **Oitava Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 1161	Contabilidade Pública	CCN 1102	6
CCN 1132	Contabilidade de Custos II	CCN 1102	3
CCN 1301	Estrutura de Balanço	CCN 1102	3
CAD 1108	Administração Financeira e Orçamento II	CAD 1107	5
Disciplina Optativa			

• **Nona Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 1151	Contabilidade Bancária	CCN 1102	6
CCN 1121	Legislação Aplicada à Contabilidade	DPS 1110	6
CCN 1303	Análise de Balanços (Análise Contábil)	CCN 1102	3
DPS 1212	Direito Previdenciário	DPS 1113	2
Disciplina Optativa			

• **Décima Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CNM 1302	Mercado de Capitais	-	5
CCN 1305	Auditoria Contábil	CCN 1301	6
CAD 1109	Organização e Métodos	CAD 1103	4
EPB 1505	Estudo dos Problemas Brasileiros II	-	2
Disciplina Optativa			

❖ **DISCIPLINAS OPTATIVAS - carga horária mínima obrigatória: 12 créditos**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 1107	Contabilidade Hospitalar	CCN 1102	3
CCN 1108	Contabilidade de Empresas de Transporte	CCN 1102	3
CCN 1106	Contabilidade de Cooperativas	CCN 1102	3
CCN 1141	Contabilidade de Empresas Imobiliárias	CCN 1102	3
CCN 1165	Contabilidade Sindical	CCN 1102	3
CCN 1152	Contabilidade de Empresas de Seguros	CCN 1102	3
HST 1142	História Econômica Geral I	-	3
LLV 1114	Português I-B	-	3

Fonte: Portaria n.º 393/78, adaptado de MARIA, 2000.

Comparado aos currículos dos anos anteriores, observa-se uma preocupação em ampliar cada vez mais os conhecimentos do curso para outras áreas relacionadas com o curso de Ciências Contábeis, e em acompanhar a evolução do conhecimento enquanto teoria e prática.

A grade curricular foi alterada a partir de 1981 (1.ª e 2.ª fases do turno matutino e noturno) e a partir de 1982 (3.ª a 8.ª fases do turno matutino e 3.ª a 10.ª fases do período noturno).

As disciplinas deste novo currículo, tanto no turno matutino quanto no turno noturno, mantiveram-se basicamente as mesmas do currículo anterior. Foram incluídas as disciplinas de Auditoria Fiscal I e II, além da Auditoria Contábil que havia no currículo de 1978 no currículo diurno e Legislação Social, Técnica Comercial, bem como disciplinas de língua estrangeira de Alemão e Francês. Foram incluídas, também, novas disciplinas optativas (Cultura Brasileira I, Enfermagem em Primeiros Socorros, Sociologia Urbana e Evolução do Pensamento Econômico).

No ano de 1991, a estrutura curricular foi, novamente, alterada, e nessa nova organização extinguiu-se a divisão em 02 (dois) ciclos. A grade curricular do curso de Ciências Contábeis no período diurno dividia-se em 08 (oito) fases/semestres e no noturno dividia-se em 10 (dez) fases/semestres, sendo que o currículo noturno contém as mesmas disciplinas do currículo diurno, porém divididas em menos créditos por semestre.

Quadro n.º 2

Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis no período matutino implantado em 1991

Duração Mínima: 8 SEMESTRES

❖ DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

• Primeira Fase

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
EPB 5504	Estudo dos Problemas Brasileiros I	-	36
CCN 5103	Introdução à Contabilidade	-	36
CSO 5128	Sociologia Geral A	-	54
CSO 5217	Estudo dos Problemas Catarinenses	-	54
FIL 5101	Filosofia I	-	54
LLV 5175	Português Prático: Redação I	-	54
MTM 5144	Matemática Básica II	-	72
FIL 5115	Metodologia Científica	-	36
EFC	Educação Física Curricular I	-	54

• **Segunda Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5112	Contabilidade I	-	72
CEC 5105	Estatística I-A	-	54
CNM 5105	Introdução à Economia	-	72
DPS 5113	Instituições de Direito Privado II	-	72
DPC 5123	Instituições de Direito Público	-	36
MTM 5146	Matemática Superior A	MTM 5144	72
EFC	Educação Física Curricular II	EFC I	54

• **Terceira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
EPB 5505	Estudo dos Problemas Brasileiros II	-	36
CAD 5103	Administração I	-	72
CCN 5113	Contabilidade II	CCN 5112	72
CEC 5106	Estatística II-A	CEC 5105	72
DPS 1203	Legislação Social	-	72
MTM 5151	Matemática Financeira I	MTM 5146	72

• **Quarta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5114	Técnica Comercial	-	36
CCN 5126	Contabilidade Comercial	CCN 5113	44
CEC 5203	Introdução ao Processamento de Dados	-	72
DPS 5203	Legislação Previdenciária	DPS 5203	36
MTM 5152	Matemática Financeira II	MTM 5151	72
Disciplina Optativa			

• **Quinta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5134	Contabilidade de Custos I-A	CCN 5126	72
CCN 5302	Estrutura de Balanço	CCN 5113	72
CEC 5204	Processamento de Dados I	CEC 5203	72
CNM 5305	Mercado de Capitais	DPS 5113 MTM 5151	72
CCN 5110	Legislação Tributária	-	72
DPS 5111	Legislação Comercial	DPS 5113	54

- **Sexta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5129	Organização e Métodos	CAD 5103	108
CAD 5131	Administração Financeira I	CCN 5302 MTM 5151	72
CCN 5135	Contabilidade Industrial	CCN 5133	72
CCN 5131	Análise de Balanço I	CCN 5302	72
LLE 5105	Inglês Instrumental I-B	-	72
Disciplina Optativa			

- **Sétima Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5132	Administração Financeira II	CAD 5131	72
CCN 5134	Contabilidade de Custos II-A	CCN 5133	72
CCN 5161	Contabilidade Pública	CCN 5133	90
CCN 5306	Auditoria Fiscal I	CCN 5133 DPC 5110	72
CCN 5311	Análise de Balanços II	CCN 5133 CCN 5310	72
Disciplina Optativa			

- **Oitava Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5147	Administração Financeira e Orçamento	CAD 5132	72
CCN 5109	Contabilidade das Instituições Financeiras	CCN 5133 CEC 5203	108
CCN 5138	Contabilidade Agrícola	CCN 5126	36
CCN 5305	Auditoria Contábil	CCN 5134 CCN 5311	90
CCN 5307	Auditoria Fiscal II	CCN 5306	72
Disciplina Optativa			

❖ **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5117	Administração Municipal	CAD 5103	54
CCN 5106	Contabilidade de Cooperativas	CCN 5126	54
CCN 5107	Contabilidade Hospitalar	CCN 5126	54
CCN 5165	Contabilidade Sindical	CCN 5126	54
CCN 5142	Contabilidade de Empresas Imobiliárias	CCN 5126	54
CSO 5203	Cultura Brasileira I	-	54
HST 5142	História Econômica Geral I	-	54
LLE 5106	Inglês Instrumental	-	72
LLV 5150	Teoria e Prática de Redação I	-	72
NFR 5128	Enfermagem em primeiros Socorros	-	36

Fonte: Portaria n.º 208/PREG/91, adaptado de MARIA, 2000.

Uma nova grade curricular foi implantada a partir de 1994, sendo a mesma utilizada atualmente no curso de Ciências Contábeis. No período diurno, a duração mínima permanece em 08 (oito) fases/semestres, e no noturno também se mantém a duração mínima em 10 (dez) fases/semestres. A duração máxima para os 02 (dois) períodos é de 14 (quatorze) semestres cada um. O currículo noturno apresenta as mesmas disciplinas do currículo diurno, com a mesma carga horária, no entanto, como no currículo anterior, as disciplinas são distribuídas no turno da noite com menos créditos por semestre.

Quadro n.º 3

**Estrutura Curricular no Período Matutino do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado
em vigência desde 1994**

Duração Mínima: 8 SEMESTRES

Duração Máxima: 14 SEMESTRES

❖ **DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

- **Primeira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
BDC 5225	Pesquisa Bibliog. Para Ciências Contábeis	-	36
CCN 5115	Contabilidade I	-	72
CCN 5221	Informática Contábil I-A	-	72
CNM 5105	Introdução à Economia	-	72
CSO 5218	Estudo da Realidade Catarinense	-	54
LLV 5211	Fundamentos Gramaticais	-	36
MTM 5181	Métodos Quantitativos I	-	72

- **Segunda Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5116	Contabilidade II	CCN 5115	72
CCN 5222	Informática Contábil II-A	CCN 5221	72
DIR 5951	Instituições de Direito	-	72
INE 5125	Métodos Estatísticos I	MTM 5181	72
LLV 5212	Redação Comercial I	-	36
MTM 5182	Métodos Quantitativos II	MTM 5181	72

- **Terceira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5104	Teoria Administrativa	CCN 5115	72
CCN 5117	Contabilidade III	CCN 5116/BDC 5225	72
CCN 5121	Laboratório Contábil I	CCN 5116/CCN 5221	72
INE 5126	Métodos Estatísticos II	MTM 5182/CCN5222	72
LLV 5213	Redação Comercial II	INE 5125/LLV 5212	36
MTM 5151	Matemática Financeira I	MTM5182/CCN 5221 CCN 5115	72

- **Quarta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5118	Contabilidade IV	CCN 5117	72
CCN 5122	Laboratório Contábil II	CCN 5116/CCN 5221	54
CCN 5137	Contabilidade de Custos	CCN 5117/ INE 5126 MTM 5151	72
CSO 5145	Contexto Social e Contabilidade I	CCN 5116	54
DIR 5972	Legislação Social e Previdenciária	DIR 5951/CCN 5116	72
MTM 5152	Matemática Financeira II	MTM 5151	72

- **Quinta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5151	Teoria das Organizações	CAD 5104	72
CCN 5139	Análise de Custos	CCN 5137	72
CCN 5303	Análise das Demonstrações Contábeis	CCN 5118/CCN 5137 CCN 5152	72
DIR 5966	Legislação Comercial e Societária	DIR 5951/CCN 5116	72
DIR 5991	Legislação Tributária	DIR 5951/CCN 5116	72
EPS 5119	Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade	CCN 5137	72

- **Sexta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5140	Contabilidade Gerencial	CCN 5139/ MTM5152	72
CCN 5141	Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	CCN5139/ CCN5118 EPS 5119	72
CCN 5143	Teoria da Contabilidade	CCN 5117	36
CCN 5316	Contabilidade Tributária I	CCN 5137/ DIR 5991	54
CNM 5145	Teoria Econômica	CNM 5105/ CCN5139	72
CSO 5146	Contexto Social e Contabilidade II	CSO 5145/ CCN 5118	54
LLV 5374	Redação Oficial	-	36
	Disciplina Optativa	-	-

- **Sétima Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5133	Administração Financeira Aplic. À Contabilidade	CAD 5104/CCN 5140	72
CCN 5144	Técnicas Orçamentárias e Finanças Públicas	CNM 5145	72
CCN 5151	Jogos de Empresa I	CCN 5303/CCN 5139	54
CCN 5317	Contabilidade Tributária II	CCN 5316/DIR 5966	54
CCN 5318	Auditoria Contábil	CCN 5316/EPS 5119	72
FIL 5109	Ética e Filosofia Política	CCN 5118	72
	Disciplina Optativa	-	-

• **Oitava Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CAD 5147	Administração Financeira e Orçamento	CAD 5133	72
CCN 5123	Laboratório Contábil III	CCN 5122/CCN 5303 CCN 5317	54
CCN 5145	Contabilidade Pública	CCN 5144	54
CCN 5146	Perícia Contábil	CCN 5318	36
CCN 5152	Jogos de Empresa II	CCN 5306/ CCN5303	54
FIL 5103	Filosofia da Ciência	CCN 5118	72
PSI 5114	Psicologia Apl. à Contabilidade	CSO 5146	72
	Disciplina Optativa	-	-

Fonte: Portaria n.º 041/PREG/94, adaptado de MARIA, 2000.

❖ **DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA OS PERÍODOS DIURNO E NOTURNO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (carga horária mínima: 162 horas/aula)**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Horas / aula
CCN 5107	Contabilidade Hospitalar	CCN 5137	54
CCN 5142	Contabilidade de Empresas Imobiliárias	CCN 5137	54
CCN 5155	Tóp. Especiais de Contabilidade Gerencial	CCN 5140	54
CCN 5156	Sistemas Contábeis	CCN 5140	54
CCN 5157	Tópicos Especiais de Contabilidade	CCN 5137	54
CCN 5158	Contabilidade Industrial	CCN 5137	54
CAD 5159	Contabilidade de Instituições Financeiras	CAD5137/CCN5145	54
CCN 5160	Contabilidade Rural	CCN 5137	54
CCN 5162	Contabilidade de Emp. de Seg. e Previd. Social	CAD5137/CCN5145	54
CCN 5163	Contabilidade de Hotelaria e Turismo	CCN 5137	54
CCN 5164	Contabilidade de Cooperativas	CCN 5137	54
CCN 5165	Contabilidade Sindical	CCN 5137	54
CCN 5402	Pesquisa em Contabilidade	CCN 5141	54
CCN 5403	Monitoria em Contabilidade	-	54
CSO 5203	Cultura Brasileira I	-	54
HST 5142	História Econômica Geral I	-	54

Fonte: Portaria n.º 041/PREG/94, adaptado de MARIA, 2000.

3.2. As diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis

De acordo com a Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação - SESu/MEC, foram definidas as propostas para as Diretrizes Curriculares pela Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Contábeis, em 12 de abril de 1999, de acordo com o Edital n.º 04/97 do MEC (em anexo).

Essas diretrizes determinam, dentro da caracterização da área Contabilidade e Atuária do curso de Ciências Contábeis, o perfil desejado do formando e suas competências e habilidades gerais, conforme documento em anexo.

Os conteúdos obrigatórios de formação básica e profissional abrangem as seguintes áreas de conhecimento: Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Financeira, Contabilidade Tributária, Contabilidade Gerencial, Auditoria e Controladoria.

Essas áreas de conhecimento devem ser flexíveis, conforme a conveniência da IES, levando-se em consideração o perfil desejado do formando e as competências e habilidades próprias desse perfil, de modo a desenvolver nos alunos vocações, interesses e potenciais individuais, analisando todo o contexto envolvido.

Nessa proposta também se estabelece a carga horária e a duração do curso, as avaliações periódicas do corpo discente e docente, bem como a proposta de integração entre os cursos de graduação e de pós-graduação.

3.3. O conteúdo das disciplinas do curso na atualidade

As duas últimas reformas do Currículo de Ciências Contábeis no Brasil aconteceram em 1984 e 1994. A primeira não incluía qualquer disciplina de Informática ou Sistema de Informação nos cursos de Contabilidade. A reforma de 1994 incluiu o curso de Informática como disciplina da grade curricular.

Em função das mudanças significativas no modo de trabalhar dos contadores, decorrentes do impacto da informatização, da globalização e da constante oscilação no mercado de trabalho, a mudança nos Currículos dos cursos de Ciências Contábeis é necessária e urgente.

Um caminho a ser percorrido é aprender com os práticos e outros agentes do processo, quais os conteúdos da área de sistemas de informação seriam necessários para atender às necessidades do contador no mercado atual. Conhecendo as necessidades dos contadores e as áreas abordadas, poder-se-á identificar as possíveis diferenças entre estes dois grupos e determinar o conteúdo apropriado para a área de Sistemas de Informação do curso de Ciências Contábeis, de tal modo a preparar os futuros profissionais em sua carreira contábil.

Outra idéia de mudança estende-se à área da contabilidade pública estatal, que, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, alterou o conteúdo da disciplina de Contabilidade Pública. As mudanças nas administrações locais, em decorrência dessa lei, têm favorecido os cidadãos, uma vez que, agora, o planejamento e controle das receitas e dos gastos públicos, regidos pela LRF, são imprescindíveis para que as prefeituras possam gerir os municípios. Entretanto, essas mudanças devem estender-se, também, ao conteúdo aplicado nas salas de aula das universidades brasileiras, uma vez que o meio acadêmico precisa estar constantemente atualizado frente às novas tendências locais e globais.

Observa-se, dentro da análise histórica das disciplinas que compuseram a estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que várias transformações ocorreram, entretanto algumas ainda tornam-se necessárias frente ao cenário educacional das Instituições de Ensino Superior.

Analisando os cenários local, nacional e global, observa-se que certas medidas poderiam ser repensadas e questionadas dentro dessas transformações ocorridas. Como exemplos, têm-se as disciplinas de língua estrangeira (Inglês, Francês e Alemão) que foram excluídas do currículo. Entretanto, diante da competitividade acirrada que se encontra hoje no mercado de trabalho, o domínio de outro idioma é um fator imprescindível para que o futuro profissional tenha um diferencial diante dos requisitos que o mercado exige.

Com o advento da informática e a velocidade com que a tecnologia atingiu todos os setores da economia mundial, torna-se necessária uma constante atualização dos conteúdos que compõem as disciplinas de informática do curso supracitado, e, por vezes na estrutura física que lhe dá suporte, de modo a acompanhar essas transformações.

Outro exemplo é a disciplina de Mercado de Capitais que também está inserida nesse contexto econômico-financeiro mundial e, no entanto, saiu da grade de disciplinas obrigatórias do curso. Paradoxalmente, houve um acentuado desenvolvimento nesta área inclusive com a institucionalização do capital volátil, tema que atrai as mais sérias discussões, como exemplo, o artigo publicado na internet pelo Editorial n.º 18 do site Armaria, que diz:

“Ao governo brasileiro é conveniente essa colaboração com os EUA e é importantíssimo que os investidores estrangeiros não se assustem com nosso país. É bom lembrar que o plano Real está fundamentado no capital externo que para cá veio em busca de bons rendimentos. Ao primeiro tiro disparado com conotação política esse capital vai embora da noite para o dia. É o chamado *capital volátil*. Se isso acontecer a moeda terá de ser desvalorizada. Se isso acontecer o plano Real acaba. Se isso acontecer o país quebra. Se o Brasil quebrar, a Argentina quebra também, e assim boa parte da América Latina pelo efeito dominó...”

Outro advento importante na área econômica relacionada à disciplina supra refere-se à criação do NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotation System – Sistema Automatizado de Cotações da Associação Nacional de Corretoras de Valores), em 1971, com o intuito de automatizar e negociar título no Mercado de Balcão. Para o egresso do curso e para o contador contemporâneo, ter os conhecimentos atualizados frente às mudanças diárias que ocorrem na economia mundial é, também, fator fundamental para que eles possam atuar profissionalmente, não apenas como contadores, mas, também, como consultores e gestores em qualquer área que venham a desenvolver, dentro da sua formação acadêmica.

Por fim, observa-se que as empresas exigem cada vez mais experiência quando da contratação de um determinado profissional. Em decorrência dessa exigência, na área contábil, a prestação de serviços pressupõe que o conhecimento do profissional ultrapasse aqueles adquiridos no decorrer de sua vida acadêmica. De tal modo, uma proposta para a grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFSC consiste em se repensar a adoção da disciplina de Estágio Curricular.

Hoje, são inúmeras as empresas que têm em seu quadro de pessoal, estagiários em áreas específicas. Há, também, aquelas instituições que funcionam como mediadoras entre o estagiário e a empresa. As oportunidades de trabalho decresceram no decorrer dos anos devido a vários motivos, mas, principalmente, pelo avanço tecnológico que reduziu bastante a mão-de-obra das empresas, e, com o desemprego, muitos estudantes se vêem formados, porém sem nenhuma perspectiva de se introduzirem no meio profissional.

Também, o emprego de carteira assinada, como tradicionalmente conhecemos, é quase inexistente. Costuma-se, em substituição, exigir que o trabalhador seja proprietário de uma pequena firma e cobre o seu trabalho mediante emissão de nota fiscal de prestação de serviços.

Diante dessa realidade, a possibilidade de um estágio curricular auxiliaria os estudantes (em curso, formandos e egressos), tanto adquirindo experiência prática para atuarem na área de preferência, quanto oportunizando ao acadêmico poder mostrar suas habilidades técnicas e pessoais, e, conseqüentemente, poder disputar por uma vaga no mercado de trabalho.

Pode-se concluir então que, haja vista a educação contábil não estar atendendo plenamente às necessidades do mercado, que está cada vez mais competitivo e evoluindo tecnologicamente em um ritmo muito acelerado, conforme se vê constantemente na esfera nacional, de acordo com as pesquisas bibliográficas realizadas no presente estudo, surge a necessidade de reestruturação do Currículo Contábil.

3.4. Comparação entre a grade curricular de 03 (três) universidades de diferentes regiões brasileiras

Buscando expor a tipologia de curso de outras IES, e verificando se seu currículo pleno contempla disciplinas que venham a colocar o estudante frente à realidade do mercado, não apenas de sua região, mas no cenário nacional, de acordo com as diretrizes curriculares da SESu/MEC, apresenta-se, a seguir, as grades curriculares da Universidade de São Paulo - USP e da Universidade de Brasília - Unb, nos períodos matutinos e noturno.

Os cursos de Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília, no turno diurno, tem duração mínima de 08 (oito) fases/semestres e duração máxima de 14 (quatorze) semestres, e o noturno tem duração mínima de 10 (dez) fases/semestres e duração máxima de 18 (dezoito) semestres na USP e máxima de 14 (quatorze) fases na Unb. Assim como na UFSC, o currículo noturno de ambas apresenta as mesmas disciplinas do currículo diurno, com a mesma carga horária, mudando, apenas a distribuição das disciplinas por semestre.

Quadro n.º 4

Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado - Universidade de São Paulo - USP

Período: MATUTINO

Duração Mínima: 8 SEMESTRES

Duração Máxima: 14 SEMESTRES

❖ DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

• Primeiro Semestre

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC106 - Contabilidade Introdutória		8	8	120
EAC181 - Microinformática I		4	4	60
EAE110 - Teoria Econômica I		4	4	60
EAD110 - Introdução à Administração		4	4	60
MAT103 - Complem. de Mat. para Contabilidade e Adm.		4	4	60
Total no semestre			24	360

• **Segundo Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC204 - Contabilidade Intermediária	EAC106	4	4	60
EAC206 - Contabilidade de Custos	EAC106	4	4	60
EAE426 - Teoria Geral de Sistemas		4	4	60
MAE116 – Noções de Estatística		4	4	60
DFD123 - Instituições de Direito		4	4	60
EAC217 - Matemática Financeira		4	4	60
Total no semestre			24	360

• **Terceiro Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC314 - Análise de Custos	EAC206	4	4	60
EAC328 - Contabilidade Avançada	EAC204	4	4	60
MAE126 – Noções de Estatística II	MAE116	4	4	60
FLC472 – Português Instrumental		4	4	60
PST391 - Liderança e Comportamento Humano		4	4	60
DTB331 - Legislação Social		4	4	60
Total no semestre			24	360

• **Quarto Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC308 - Contabilidade e Legislação Tributária	EAC206	4	4	60
EAC301 - Estratégia Financeira	EAC204	4	4	60
EAD521 - Comportamento Organizacional	MAE116	4	4	60
DCQ471 - Legislação Comercial		4	4	60
EAE517 - Sociologia Econômica I		4	4	60
Disciplina Optativa (EAC)		4	4	60
Total no semestre			24	360

• **Quinto Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC442 – Análise de Sistemas Contábeis	EAC426	4	4	60
EAC202 – Análise de Demonstrações Contábeis	EAC328	4	4	60
EAC407 - Mecanismos das Inst. Financeiras I	EAC204/217	4	4	60
EAC415 - Contab.e e Legislação Tributária II	EAC308	4	4	60
EAC450 - Plan. Estrat. e Orçam. Empresarial	EAC301/314	4	4	60
Disciplina Optativa (EAC)		4	4	60
Total no semestre			24	360

- **Sexto Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC319 - Controle Gerencial	EAC450	4	4	60
EAC401 - Auditoria e Perícia	EAC202	4	4	60
EAC453 - Contabilidade Governamental	EAC204	4	4	60
EAC448 - Metodologia do Trabalho Científico	72 créditos	4	4	60
Disciplina Optativa (EAC)		4	4	60
Disciplina Optativa (EAC)		4	4	60
Total no semestre			24	360

- **Sétimo Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC405 - Metodologia e Relat. de Auditoria	EAC401	4	4	60
EAE525 - Economia Bras. p/ Administradores	EAE110	4	4	60
EAC451 - Teoria da Contabilidade	EAC328	4	4	60
EAD472 - Política de Negócios I	EAC450	4	4	60
Disciplina Optativa (EAC ou externa)		4	4	60
Disciplina Optativa (EAC ou externa)		4	4	60
EAC498 - Trabalho de Conclusão de Curso I	EAC448		1	
Total no semestre			25	390

- **Oitavo Semestre**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC107 - Ética Geral e Profissional	120 créditos	4	4	60
EAD474 - Política dos Negócios II	EAD472	4	4	60
Disciplina Optativa (EAC ou Externa)		4	4	60
Disciplina Optativa (EAC ou Externa)		4	4	60
EAC499 - Trabalho de Conclusão de Curso II	EAC498			
Total no semestre			19	340

❖ **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

Disciplinas	Requisitos	Aula	Total	Carga Horária
EAC191 - Microinformática II	EAC181	4	4	60
EAC441 - Contabilidade Rural	EAC204	4	4	60
EAC303 - Contabilometria	EAC314	4	4	60
EAC440 - Tópicos de Contabilidade Gerencial	EAC314	4	4	60
EAC452 - Tópicos de Contab. Internacional	EAC328	4	4	60
EAC419 - Mecanismos das Inst. Financeiras II	EAC407	4	4	60
EAC302 - Análise da Liquidez	EAC 301/202	4	4	60
EAC408 - Tópicos de Análise de Projetos	EAC450	4	4	60
EAC404 - Perícia e Investigação Contábil	EAC401	4	4	60
EAC445 - Sist. de Informações Empresariais	EAC442	4	4	60
EAC999 - Ativ. Desenvolvidas no Exterior				
Total no semestre			24	390

Quadro n.º 5

**Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado -
Universidade de Brasília – Unb**

Período: MATUTINO**Duração Mínima: 8 SEMESTRES****Duração Máxima: 14 SEMESTRES**❖ **DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**• **Primeira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
113018	Matemática I	-	4
132012	Introdução a Economia	-	4
140481	Leitura e Produção de Textos	-	4
181129	Contabilidade Geral I	-	4
184021	Instit. Direito Público e Privado	-	4
Total			20 créditos

- **Segunda Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
115011	Estatística Aplicada		6
134465	Introdução a Sociologia		4
181013	Introdução a Administração		4
181684	Contabilidade Comercial	181129	4
186287	Contabilidade Geral 2	181129	4
Total			22 créditos

- **Terceira Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
132144	Contabilidade Nacional	132012	4
137481	Lógica 1		4
145971	Inglês Instrumental 1		4
181137	Custos	188287 181145	4
186279	Legislação Comercial	184021	4
Total			20 créditos

- **Quarta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
181722	Contabilidade Avançada	186287	4
182672	Introd. a Ciência Comp. Aplicada a Doc.		4
184080	Legislação Social		4
186210	Programação Fiscal Financeira	132144	4
186244	Sistema de Informações Contábeis	181137 181145	4
Total			20 créditos

- **Quinta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
181242	Análise Econômico Financeira 1	181722 / 115011 181145	4
184691	Legislação Tributária		4
186295	Teoria Contábil	181722	4
186716	Execução da Gestão Pública	186210	4
186741	Introdução a Atuária	181757	4
Total			20 créditos

- Sexta Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
181641	Auditoria 1	181722 / 181242	4
181757	Controladoria	181242 / 181137	4
186261	Análise Econômica Financeira 2	181242	4
186309	Mod. de ajustamentos Contábeis	186295	4
186759	Controle e Avaliação da Gestão Pública	186716	4
Total			20 créditos

- Sétima Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
181650	Auditoria 2	181641 / 181137	4
181765	Contabilidade de Instituições Financeiras	181722	4
181846	Avaliação de Projeto de Investimento		4
181862	Contabilidade Fiscal		4
186350	Análise da Liquidez	181242	4
Total			20 créditos

- Oitava Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
175013	Prática Desportiva 1		2
181714	Estágio Superior em Contabilidade 1	181862 / 181650	8
186317	Contabilidade em Companhias Abertas	186279 / 181722	4
186325	Tópicos Contemporâneos de Contabilidade	186295	4
186732	Contabilidade em Companhias Transnacionais	186295	4
Total			22 créditos

- Nona Fase**

Código	Disciplinas	Pré-requisitos	Créditos
175021	Prática Desportiva 2	175013	2
181200	Mercado Financeiro	181145 / 181242	4
181790	Estágio em Ciências Contábeis	181650 / 181862	6
186252	Auditoria Sistemas Computadorizados	181650 / 186244	4
186724	Ética Profissional Ciências Contábeis	186296	2
Total			18 créditos

Analisando a estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis dessas 03 (três) universidades, encontram-se algumas diferenças que podem ser atribuídas aos mais diversos fatores. No entanto, todas elas seguem o que determinam as diretrizes curriculares da SESu/MEC.

Se analisarmos não apenas o currículo, mas o contexto das três cidades em discussão (Florianópolis, São Paulo e Brasília), encontraremos várias disparidades, dentre elas, estrutura física, características locais/regionais econômicas, sociais, culturais e políticas.

A cidade de São Paulo, comparativamente às duas outras, é maior em território e em população, além de ser o maior centro econômico-financeiro do país, mas cada cidade tem a sua característica mais marcante. Brasília é o centro político do país, enquanto Florianópolis é uma capital que vive do turismo, do comércio e do funcionalismo público.

Na área educacional, o curso de Ciências Contábeis dessas três universidades está entre os 10 (dez) melhores do país. Quanto à grade curricular de cada uma delas, observa-se uma maior aproximação estrutural entre a UFSC e a Unb, provavelmente devido à semelhança contextual em que as duas cidades se encontram.

As disciplinas assemelham-se tanto na distribuição por semestre, quanto na área de *conhecimento em que se enquadram*. A Universidade de Brasília difere da Universidade Federal de Santa Catarina basicamente pela primeira ter em sua grade curricular as disciplinas de "Inglês" na terceira fase e "Estágio Superior em Contabilidade 1 e 2", bem como "Prática Desportiva 1 e 2" na oitava e nona fases como disciplina obrigatória. Outra disciplina que também compõe o currículo da Unb é "Introdução à Atuária".

A Universidade Federal de Santa Catarina, no entanto, demonstrando uma preocupação com o cenário local e social dentro da profissão, tem em seu currículo as seguintes disciplinas: "Estudo da Realidade Catarinense", na primeira fase e "Contexto Social em Contabilidade I e II", respectivamente na quarta e sexta fases.

No currículo da USP, também se percebe essa preocupação com o meio social, econômico e humano, através das disciplinas "Liderança e Comportamento Humano" e "Legislação Social" na terceira fase, "Sociologia Econômica I" e "Comportamento Organizacional" na quarta fase. Uma peculiaridade da Universidade de São Paulo são as disciplinas optativas que incluem: "Contabilometria", "Tópicos de Contabilidade Internacional" e "Atividades Desenvolvidas no Exterior".

Para melhor visualizar as diferenças e dando continuidade ao objetivo deste trabalho monográfico, recorre-se a um quadro de tripla entrada, vez que há um certo grau de dificuldade em comparar os quadros isoladamente:

Quadro n.º 6

Síntese da estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília

♦ **Primeira Fase**

UFSC	USP	UNB
Pesquisa Bibliog. Para Ciências Contábeis	Contabilidade Introdutória	Matemática 1
Contabilidade I	Microinformática I	Introdução a Economia
Informática Contábil I-A	Teoria Econômica I	Leitura e Produção de Textos
Introdução à Economia	Introdução à Administração	Contabilidade Geral 1
Estudo da Realidade Catarinense	Complem. de Matemática para Contabilidade e Administração	Instit. Direito Público e Privado
Fundamentos Gramaticais		
Métodos Quantitativos I		

♦ **Segunda Fase**

UFSC	USP	UNB
Contabilidade II	Contabilidade Intermediária	Estatística Aplicada
Informática Contábil II-A	Contabilidade de Custos	Introdução a Sociologia
Instituições de Direito	Teoria Geral de Sistemas	Introdução a Administração
Métodos Estatísticos I	Noções de Estatística	Contabilidade Comercial
Redação Comercial I	Instituições de Direito	Contabilidade Geral 2
Métodos Quantitativos II	Matemática Financeira	

♦ **Terceira Fase**

UFSC	USP	UNB
Teoria Administrativa	Análise de Custos	Contabilidade Nacional
Contabilidade III	Contabilidade Avançada	Lógica 1
Laboratório Contábil I	Noções de Estatística II	Inglês Instrumental 1
Métodos Estatísticos II	Português Instrumental	Custos
Redação Comercial II	Liderança e Comport. Humano	Legislação Comercial
Matemática Financeira I	Legislação Social	

• **Quarta Fase**

UFSC	USP	UNB
Contabilidade IV	Contabilidade e Legislação Tributária	Contabilidade Avançada
Laboratório Contábil II	Estratégia Financeira	Introd. a Ciência Comp. Aplicada a Doc.
Contabilidade de Custos	Comportamento Organizacional	Legislação Social
Contexto Social e Contabilidade I	Legislação Comercial	Programação Fiscal Financeira
Legislação Social e Previdenciária	Sociologia Econômica I	Sistema de Informações Contábeis
Matemática Financeira II	Disciplina Optativa (EAC)	

• **Quinta Fase**

UFSC	USP	UNB
Teoria das Organizações	Análise de Sistemas Contábeis	Análise Econômico Financeira 1
Análise de Custos	Análise de Demonstrações Contábeis	Legislação Tributária
Análise das Demonstrações Contábeis	Mecanismos das Inst. Financeiras I	Teoria Contábil
Legislação Comercial e Societária	Contabilidade e Legislação Tributária II	Execução da Gestão Pública
Legislação Tributária	Plan. Estrat. e Orçam. Empresarial	Introdução a Atuária
Pesq. Oper. Aplicada à Contab.	Disciplina Optativa (EAC)	

• **Sexta Fase**

UFSC	USP	UNB
Contabilidade Gerencial	Controle Gerencial	Auditoria 1
Téc. de Pesquisa em Contab.	Auditoria e Perícia	Controladoria
Teoria da Contabilidade	Contabilidade Governamental	Análise Econ. Financeira 2
Contabilidade Tributária I	Metod. do Trabalho Científico	Mod. de Ajustam. Contábeis
Teoria Econômica	Disciplina Optativa (EAC)	Controle e Avaliação da Gestão Pública
Contexto Social e Contab. II	Disciplina Optativa (EAC)	
Redação Oficial		
Disciplina Optativa		

• **Sétima Fase**

UFSC	USP	UNB
Administração Financeira Aplic. A Contabilidade	Metodologia e Relat. de Auditoria	Auditoria 2
Técnicas Orçamentárias e Finanças Públicas	Economia Bras. p/ Administradores	Contabilidade de Instituições Financeiras
Jogos de Empresa I	Teoria da Contabilidade	Avaliação de Projeto de Investimento
Contabilidade Tributária II	Política de Negócios I	Contabilidade Fiscal
Auditoria Contábil	Disc. Optativa (EAC ou externa)	Análise da Liquidez
Ética e Filosofia Política	Disc. Optativa (EAC ou externa)	
Disciplina Optativa	Trabalho de Conclusão de Curso I	

• **Oitava Fase**

UFSC	USP	Disciplinas
Administração Financeira e Orçamento	Ética Geral e Profissional	Prática Desportiva 1
Laboratório Contábil III	Política dos Negócios II	Estágio Sup. em Contab. 1
Contabilidade Pública	Disc. Optativa (EAC ou externa)	Contab. em Compan. Abertas
Perícia Contábil	Disciplina Optativa (EAC ou Externa)	Tópicos Contemporâneos de Contabilidade
Jogos de Empresa II	Trabalho de Conclusão de Curso II	Contabilidade em Companhias Transnacionais
Filosofia da Ciência		
Psicologia Apl. à Contabilidade		
Disciplina Optativa		

• **Nona Fase**

UNB
Prática Desportiva 2
Mercado Financeiro
Estágio em Ciências Contábeis
Auditoria Sistemas Computadorizados
Ética Profissional Ciências Contábeis

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, verificou-se que o planejamento curricular é de fundamental importância no contexto educacional, uma vez que visa a construir valores e conhecimentos indispensáveis para a formação qualificada e competente do futuro profissional. Dentro dessa premissa, determinou-se o objetivo geral desta monografia, que consistia na pesquisa das tendências para uma possível reestruturação da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Opina-se que, o primeiro passo em direção a um novo desenvolvimento de disciplinas passa, obrigatoriamente pela formação do docente, para que este novo currículo proposto possa surtir os efeitos planejados.

Defende-se, com o objetivo de tornar isso possível, que é necessário, durante o desenvolvimento do curso, primar pela pesquisa e pela leitura, para que o futuro profissional tenha consciência crítica, seja construtor e não apenas transmissor de conhecimento, e, também, agente de mudanças na sociedade.

Comparando o currículo da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo com o currículo da Universidade Federal de Santa Catarina, foi possível estabelecer uma confrontação das disciplinas constantes no currículo, com o contexto em que as universidades estão inseridas, analisando as várias tendências que cingem o ambiente físico, econômico, social e cultural dos locais selecionados.

A realidade educacional e profissional da contabilidade, que ora se apresenta, de acordo com as diversas opiniões expressas neste trabalho monográfico, idealiza uma reestruturação do currículo. Será necessário qualificar e especializar o profissional da Contabilidade, com uma visão de mundo, dentro de uma proposta curricular de abordagem extremamente flexível, seguindo o caminho para aprimoramento contábil em busca do exercício profissional pleno.

Uma das limitações enfrentadas no decorrer deste estudo, refere-se à não realização de pesquisa estruturada relativa à opinião dos acadêmicos e dos egressos do curso quanto à eficácia, aplicabilidade e eficiência da grade curricular do curso de Ciências Contábeis, objetivo que, inicialmente, constava no projeto deste trabalho. Uma vez que a mesma não foi realizada, recomenda-se um aprofundamento do tema, efetivando uma pesquisa direcionada, a qual poderá ser aplicada não apenas aos acadêmicos e egressos, mas também, ao corpo docente do curso.

O trabalho em questão poderá, futuramente, ter continuidade com a abordagem de uma temática centrada na análise da grade curricular do curso das universidades federais em confronto com as universidades particulares, ou, ainda, um estudo analítico do currículo dos cursos das principais universidades das 05 regiões do país, enfim, o assunto é amplo e sua discussão é emergente.

O currículo, aqui, se apresenta como elo de ligação de ações dirigidas à construção da qualidade necessária no ensino de que se precisa. A proposta curricular deve ser vista como uma ponte entre os propósitos educativos e a realidade viva das práticas sociais e culturais, permitindo, assim, a formação de um profissional crítico e transformador.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Lorival Pereira. **A evolução histórica dos cursos de contabilidade em Santa Catarina.** Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

AVI, Rosana. **O papel do contador no terceiro milênio.** Florianópolis: UFSC, 1999. 49 páginas.

DOLL JR, Willian E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna.** Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre, Artes Médicas: 1997.

DRUMMOND, Maria Helena Ferreira. Ciências Contábeis - da ciência à arte: 8.000 anos de história. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília-DF, p. 74-81, 1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: ATLAS, 1993.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. O ensino da Contabilidade: mudança nos cursos de Ciências Contábeis - questão de currículo ou mentalidade? **Contabilidade Vista e Revista.** Belo Horizonte-MG, vol. 04, n.º 1, p. 03-07, Fev/1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: ATLAS, 1991.

GOODSON, Ivo F. **Currículo: teoria e história.** 2 ed. Petrópolis: VOZES, 1998.

HERNANDEZ, Djalma. S. et al. **Dicionário Internacional de Idiomas.** São Paulo: Difusão Cultural do Livro.

HOLLAND, Charles Barnsley. A profissão de contador na atualidade e sugestões para seu futuro. **Revista de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**. São Paulo-SP, ano IV, n.º 14, p. 50-61. Dez/2000.

JORGE, Leila. **Inovação Curricular: além da mudança dos conteúdos**. 2 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

KELLY, Albert Victor. **O currículo: teoria e prática**. São Paulo: HARPER & ROW BRASIL, 1981.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. ampliada. Porto Alegre: VOZES, 1985.

KOLIVER, Olívio. A educação contábil no Brasil: panorama, desafios e desenvolvimentos futuros. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre-RS, vol. 27, n.º 92, p. 27-30. Jan/Mar 1998.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: ATLAS, 1992.

MARIA, Andréa Regina. **Evolução curricular e pedagógica do curso de Ciências Contábeis versus retrospectiva histórica**. Florianópolis: UFSC, 2000. 107 páginas.

MARION, José Carlos e MARION, Márcia Maria Costa. A importância da pesquisa no ensino da contabilidade. **Revista de Contabilidade do CRP-SP**. São Paulo-SP, v. 03, n. 06, p. 20-25. Mar/1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Reforma Universitária - Relatório do Grupo de Trabalho**. 3 ed. 1983, 119 p.

MONTEIRO, Martin Noel. **A contabilidade e o seu mundo. Manual enciclopédico da cultura e técnica contábil**. Portugal, 583 p.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 1995.

NÉLO, Ana Maria. Metodologia científica: um enfoque sobre a estrutura da pesquisa contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília-DF, ano 28, n.º 118, p. 42-52. Jul/Ago1999.

_____. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 05 de outubro de 1988.

NETO, J. D. O. et al. Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil e o conteúdo das disciplinas de sistemas de informação: A visão acadêmica versus a necessidade prática. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**. São Paulo-SP, FIPECAFI, ano 16, n.º 27, p. 59- 65, Set/Dez 2001.

NUNES, Débora Thaís Klein. **A teoria Contábil e as dificuldades da sua aplicação no cotidiano do serviço contábil**. Florianópolis: UFSC, 2002. 53 páginas.

PIRES, M. **Currículo e Desenvolvimento Curricular em Matemática**. Disponível em: <http://ia.fc.ul.pt/textos/mpires/cap2.pdf> Acesso em 02 de novembro de 2002.

_____. **A história da Contabilidade**. Disponível em: http://www.gesbanha.pt/contab/conthis/cont_his.htm Acesso em 02 de novembro de 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 2 ed. São Paulo: ATLAS, 1986.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 2 ed. rev. e atual.. São Paulo: MARTINS FONTES, 1993.

SCHWEZ, Nicolau. Papel do professor na área contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília-DF, ano 24, n.º 91, p. 13-15. Jan/Fev1996.

SILVA, Tânia Moura da. Currículo flexível: evolução e competência. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre-RS, n.º 100, p. 14-19. Maio/2000.

SILVA, Teresinha Maria Nelli. **A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador**. São Paulo: EPU, 1990.

_____. **Globalização**. Disponível em <http://www.iis.com.br>. Acesso em 02 de novembro de 2002.

BRASÍLIA. **Plano Nacional de Graduação**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/Sesu/planograd.shtm>. Acesso em 29 de maio de 2002.

VOLTAIRE, Schilling. **Globalização, ontem e hoje**. Disponível em <http://www.terra.com.br>. Acesso em 02 de novembro de 2002.

BRASÍLIA. O perfil do contabilista brasileiro. **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília-DF: CFC, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/pareceres/14602DCEACTHSEMDTD.doc>. Acesso em 10 de janeiro de 2003.

_____. **Preparem-se para o Confisco!** Disponível em <http://www.armaria.com.br/confisco.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2003.

_____. **Antecedentes do NASDAQ**. Disponível em http://www.nasdaqnews.com/about/ptg_bk.pdf. Acesso em 06 de fevereiro de 2003.

ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design		
RELATORES CONSELHEIROS: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer		
PROCESSO Nº: 23001.000074/2002-10		
PARECER Nº CES/CNE 0146/2002	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2002

I – RELATÓRIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, em seu art. 9º, posteriormente também a Lei de Reforma Universitária 5.540/68, no art. 26, estabeleciam que ao então Conselho Federal de Educação incumbia a fixação dos currículos mínimos dos cursos de graduação, válidos para todo o País, os quais foram concebidos com os objetivos a seguir elencados, dentre outros:

- 1) facilitar as transferências entre instituições, de uma localidade para outra, ou até na mesma localidade, sem causar delonga na integralização do curso ou “em perda de tempo”, com a não contabilização dos créditos realizados na instituição de origem, como se vê no art. 100 da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 7.037/82;
- 2) fornecer diploma profissional, assegurando o exercício das prerrogativas e direitos da profissão, como rezava o art. 27 da Lei 5.540/68;
- 3) assegurar uniformidade mínima profissionalizante a todos quantos colassem grau profissional, diferenciados apenas em relação às disciplinas complementares e optativas, tudo como se observa, quando das transferências e do aproveitamento de estudos realizados, no art. 2º da Resolução CFE 12/84, segundo a qual as matérias componentes do currículo mínimo de qualquer curso superior cursadas com aproveitamento em instituição autorizada eram automaticamente reconhecidas na instituição de destino, inobstante alguma variação de carga horária a menor, à razão de aproximadamente 25%;
- 4) permitir-se, na duração de cursos, de forma determinada, a fixação de tempo útil mínimo, médio ou máximo, desde que esses tempos não significassem redução de qualidade face à redução ou prorrogação prejudicial da duração do curso, ainda que com o mesmo número de créditos;

- 5) observar normas gerais válidas para o País, de tal maneira que ao estudante se assegurasse, como "igualdade de oportunidades", o mesmo estudo, com os mesmos conteúdos e até com a mesma duração e denominação, em qualquer instituição. Os atos normativos que fixavam os currículos mínimos também indicavam sob que denominação disciplinas ou matérias deveriam ser alocadas no currículo, para se manter o padrão unitário, uniforme, de oferta curricular nacional.

Por estas e outras razões, serviram os currículos mínimos para estabelecer um patamar uniforme entre cursos de instituições diferentes, inclusive quanto à carga horária obrigatória, que prevalecia sobre a complementar e optativa, além da inexigência, em alguns cursos, de implementação profissional através de estágio.

O modelo de currículos mínimos implicava elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias, a serem obrigatoriamente cumpridas, sob pena de não ser reconhecido o curso, ou até não ser autorizado quando de sua proposição, o que inibia as instituições de inovar projetos pedagógicos, na concepção dos cursos existentes, para atenderem às exigências de diferentes ordens.

Ademais, os currículos mínimos profissionalizantes se constituíam numa exigência para uma suposta igualdade entre os profissionais de diferentes instituições, quando obtivessem os seus respectivos diplomas, com direito de exercer a profissão, por isto que se caracterizavam pela rigidez na sua configuração formal, verdadeira "grade curricular" dentro da qual os alunos deveriam estar aprisionados, submetidos até aos mesmos conteúdos previamente detalhados e obrigatoriamente repassados, independentemente de contextualização, com a visível redução da liberdade de as instituições organizarem seus cursos de acordo com o projeto pedagógico específico ou de mudarem essas atividades curriculares e seus conteúdos segundo as novas exigências da ciência, da tecnologia e do meio.

Desta forma, os currículos mínimos profissionalizantes, rigidamente concebidos na norma, para serem observados nas instituições, não mais permitiam o alcance da qualidade desejada segundo a sua contextualização no espaço e tempo. Ao contrário, inibiam a inovação e a diversificação na preparação ou formação do profissional apto para a adaptabilidade!...

Com a publicação da Lei 9.131, de 24/11/95, o art. 9º, § 2º, alínea "c", conferiu à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para "a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, **que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE**", tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394/96, de 20/12/96, publicada em 23/12/96.

A CES/CNE, posteriormente, aprovou o Parecer 776/97, no qual estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais devem:

- a) se constituir em orientações para a elaboração dos currículos;
- b) ser respeitadas por todas as IES; e
- c) assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

Além disto, o Parecer em tela evidencia que as Diretrizes Curriculares Nacionais devem observar os seguintes princípios:

1. *assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;*

2. *indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;*
3. *evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;*
4. *incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;*
5. *estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;*
6. *encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referem à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;*
7. *fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária;*
8. *incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e discentes a cerca do desenvolvimento das atividades didáticas.*

Por sua vez, a SESu/MEC publicou o Edital 004/97, convocando as instituições de ensino superior para que encaminhassem propostas para a elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

O Edital 004/97 e o decorrente Modelo de Enquadramento das Propostas de Diretrizes Curriculares ensejaram alto nível de participação de amplos segmentos sociais e institucionais. Com efeito, é bom frisar que deste procedimento não somente advieram ricas e ponderáveis contribuições da sociedade, das universidades, das faculdades, de organizações profissionais, de organizações docentes e discentes, enfim, da comunidade acadêmica e científica, e com a ampla participação dos setores públicos e privados em seminários, fóruns e encontros de debates, como também resultou na legitimação, na sua origem, dessas propostas trabalhadas pelo MEC/SESu, agora sob a análise desta Câmara por curso.

Estabeleceu-se, então, um roteiro, de natureza metodológica, por isto mesmo flexível, de acordo com as discussões e encaminhamentos das Propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, sistematizando-as segundo as grandes áreas do conhecimento, nas quais os cursos se situam, resguardando, conseqüentemente, toda uma congruência daquelas Diretrizes por curso e dos paradigmas estabelecidos para a sua elaboração.

Quanto aos paradigmas das Diretrizes Curriculares Nacionais, cumpre, de logo, destacar que elas objetivam "servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem **múltiplos perfis profissionais**, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais**".

Desta forma, para todo e qualquer curso de graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais recomendaram:

1. *conferir maior autonomia às instituições de ensino superior na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e das habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente;*
2. *propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;*
3. *otimizar a estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a ampliação da diversidade da organização dos cursos, integrando a oferta de cursos sequenciais, previstos no inciso I do art. 44 da LDB;*
4. *contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; e*
5. *contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.*

Posteriormente, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Parecer 583/2001, tomou como referência o Parecer 776/97 dessa mesma Câmara, o Edital 4, de dezembro de 1997, do MEC/SESu, e o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172, de janeiro de 2001, que definiu, dentre os objetivos e metas: "... Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem...". Ao aprovar, portanto, diretrizes comuns a todos os cursos, a intenção é garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares.

De tudo quanto exposto até esta parte, poder-se-á estabelecer as principais diferenças entre Currículo Mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais, com o propósito de mostrar os avanços e as vantagens proporcionadas por estas últimas:

- 1) enquanto os Currículos Mínimos estavam comprometidos com a emissão de um diploma para o exercício profissional, **as Diretrizes Curriculares Nacionais não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com o art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares;**
- 2) enquanto os Currículos Mínimos encerravam a concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfileiradas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas;**
- 3) enquanto os Currículos Mínimos inibiam a inovação e a criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios, **as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização**

curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos;

- 4) enquanto os Currículos Mínimos muitas vezes atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional;**
- 5) enquanto o Currículo Mínimo profissional pretendia, como produto, um profissional "preparado", **as Diretrizes Curriculares Nacionais pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes;**
- 6) enquanto os Currículos Mínimos, comuns e obrigatórios em diferentes instituições, se propuseram mensurar desempenhos profissionais no final do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais se propõem ser um referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento;**
- 7) enquanto os Currículos Mínimos eram fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada, **as Diretrizes Curriculares Nacionais devem ensinar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.**

II – MÉRITO

Como já assinalado anteriormente, a LDB 4.024/61, em seu art. 9º, seguido pelo art. 26 da Lei 5.540/68, conferiu ao então Conselho Federal de Educação a competência para fixar os currículos dos cursos de graduação, o que ensejou a obrigatória observância dos denominados currículos mínimos profissionais de cada curso de graduação, inclusive de suas habilitações, mediante resoluções daquele Colegiado, válidas nacionalmente, para qualquer sistema de ensino, resultando para as instituições apenas a escolha de componentes curriculares complementares e a listagem para os alunos de disciplinas optativas, e, quando concebessem cursos experimentais, inovando e criando respostas para situações localizadas, ainda assim só poderiam colocá-los em funcionamento após prévia aprovação dos currículos e autorização dos cursos (art. 104 – LDB 4.024/61).

Desta forma, engessados os currículos mínimos e direcionados para o exercício profissional, com direitos e prerrogativas assegurados pelo diploma, nem sempre o currículo pleno significou a plenitude de uma coerente e desejável proposta pedagógica, contextualizada, que se ajustasse permanentemente às emergentes mudanças sociais, tecnológicas e científicas, por isto que os graduados, logo que colassem grau, já se encontravam defasados em relação ao desempenho exigido no novo contexto, urgindo preparação específica para o exercício da ocupação ou profissão.

Nesse quadro, era mesmo necessária uma espécie de "desregulamentação", de flexibilização e de uma contextualização das instituições de ensino superior, que atendessem mais rapidamente, e sem as amarras anteriores, à sua dimensão política, isto é, pudessem as instituições de ensino superior assumir a responsabilidade de se constituírem respostas às efetivas necessidades sociais - demanda

social ou necessidade social -, expressões estas que soam com a mesma significação da sua correspondente "exigência do meio" contida no art. 53, inciso IV, da atual LDB 9.394/96.

Sendo as instituições caixa de ressonância das expectativas sociais, ali ecoava a demanda reprimida no mercado de trabalho, no avanço tecnológico e científico, ficando, não raro, impossibilitadas de implementar qualquer projeto com que ousassem inovar em matéria curricular, salvo se, nos termos do então art. 104 da LDB 4.024/61, tivessem o destemor, nem sempre reconhecido, de propor cursos experimentais com currículos estruturados como experiência pedagógica, porque não se enquadravam nos currículos mínimos vigentes, sabendo-se que, como se disse, mesmo assim estavam eles condicionados à prévia aprovação pelo Conselho Federal de Educação, sob pena de infringência à lei.

A Constituição Federal de 1988, com indiscutíveis avanços, prescreveu, em seu art. 22, inciso XXIV, que a União editaria, como editou, em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB 9.394/96, contemplando, na nova ordem jurídica, um desafio para a educação brasileira: as instituições assumirão a ousadia da criatividade e da inventividade, na flexibilização com que a LDB marcou a autonomia das instituições e dos sistemas de ensino, em diferentes níveis.

No caso concreto das instituições de ensino superior, estas responderão necessariamente pelo padrão de qualidade na oferta de seus cursos, o que significa, no art. 43, preparar profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento, em seus diversos segmentos, econômicos, culturais, políticos, científicos, tecnológicos etc. Disto resultou o imperioso comprometimento das instituições formadoras de profissionais e de recursos humanos com as mudanças iminentes, no âmbito político, econômico e cultural, e até, a cada momento, no campo das ciências e da tecnologia, nas diversas áreas do conhecimento, devendo, assim, a instituição estar apta para constituir-se resposta a essas exigências.

Certamente, adviria uma nova concepção da autonomia universitária e de responsabilização das instituições não-universitárias, em sua harmonização com essas mutações contínuas e profundas, de tal forma que ou as instituições se revelam com potencial para atender "às exigências do meio", ou elas não se engajarão no processo de desenvolvimento e se afastarão do meio, porque não poderão permanecer "preparando" recursos humanos "despreparados" ou sem as aptidões necessárias ao permanente e periódico ajustamento a essas mudanças. Com efeito, repita-se, não se cogita mais do profissional "preparado", mas do profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável.

Isto significa um marco histórico, porque, em matéria de concepção pedagógica do processo educativo e, conseqüentemente, das concepções das ações pelas quais a educação e o ensino venham a efetivar-se, sem dúvida haveria de ser repensada a elaboração dos currículos dos cursos de qualquer grau ou nível, especialmente os de grau superior, convocadas que estavam todas as instituições da comunidade para exercerem uma ação conjugada, harmônica e cooperativa, com o Poder Público e com outras instituições, como se verifica no art. 205 da Constituição Federal ("com a **colaboração da sociedade**") e no art. 211 ("**em regime de colaboração**"), para resgatar a educação dos percalços em que se encontrava e ante os desafios acenados em novos horizontes da história brasileira e do mundo.

Por isto, a nova LDB (9.131/95 e 9.394/96), revogando parcialmente a anterior, teria de firmar diretrizes básicas para esse novo desafio, promovendo a flexibilização na elaboração dos currículos dos cursos de graduação, **retirando-lhes as amarras da concentração, da inflexibilidade dos currículos mínimos profissionalizantes nacionais, que são substituídos por "Diretrizes Curriculares Nacionais"**.

Desta forma, foram estabelecidas, a partir das orientações gerais contidas nos Pareceres CES/CNE 776/97 e 583/2001, bem como nos desdobramentos decorrentes do Edital 004/97-SESu/MEC, as

Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, por curso, considerado segundo a respectiva área de conhecimento, observando-se os paradigmas, níveis de abordagem, perfil do formando, competências e habilidades, habilitações, conteúdos ou tópicos de estudos, duração dos cursos, atividades práticas e complementares, aproveitamento de habilidades e competências extracurriculares, interação com a avaliação institucional como eixo balizador para o credenciamento e avaliação da instituição, para a autorização e reconhecimento de cursos, bem como suas renovações, adotados indicadores de qualidade, sem prejuízo de outros aportes considerados necessários.

Neste passo, não é demais repetir que tudo foi concebido com o propósito de que se pudesse estabelecer um perfil do formando no qual a formação de nível superior se constituísse em processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, observada a flexibilização curricular, autonomia e a liberdade das instituições de inovar seus projetos pedagógicos de graduação, para o atendimento das contínuas e emergentes mudanças para cujo desafio o futuro formando deverá estar apto.

Cumpra agora, portanto, a esta Comissão analisar e relatar perante a Câmara de Educação Superior, para sua elevada deliberação colegiada, as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais dos **cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**, cujas especificações e detalhamento atenderam à metodologia adotada, especialmente quanto ao perfil desejado do formando, às competências/habilidades/attitudes, habilitações e ênfases, aos conteúdos curriculares, à organização dos cursos, aos estágios e atividades complementares e ao acompanhamento e avaliação.

Este Parecer, portanto, contempla as orientações das Comissões de Especialistas e as da SESu/MEC, as quais, na sua grande maioria, foram acolhidas e reproduzidas na sua totalidade, não só por haver concordância com as idéias suscitadas no conjunto do ideário concebido, mas também como forma de reconhecer e valorizar a legitimidade do processo coletivo e participativo, que deu origem à elaboração dos documentos sobre Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, cujas propostas foram encaminhadas pela SESu/MEC para deliberação deste Colegiado.

Contudo, vale salientar que diferenças nas formas de visão e de concepção do processo educativo levaram esta Comissão a não acolher plenamente todas as propostas apresentadas, razão pela qual alguns pontos são contraditados com a devida fundamentação.

Finalmente, como se observará nos itens subseqüentes, esta Comissão adotou como metodologia, para efeito deste Parecer, analisar o conjunto das Propostas Curriculares Nacionais dos 11 (onze) Cursos de Graduação acima indicados, enfocando-as sob dois segmentos norteadores: a) **Diretrizes Comuns aos Cursos Relatados**; b) **Diretrizes Específicas por Curso**.

3.1. Diretrizes Comuns aos Cursos Relatados

Sob este título, entendeu a Comissão que deveria enfeixar balizamentos comuns a serem observados pelas instituições de ensino superior quanto aos 11 (onze) cursos sobre cujas Diretrizes Gerais se debruçou para o presente relato a ser submetido à deliberação da Câmara de Educação Superior, abrangendo Projeto Pedagógico, Organização Curricular, Estágios e Atividades Complementares, Acompanhamento e Avaliação e Monografia.

• Projeto Pedagógico

As instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando-se os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- formas de realização da interdisciplinaridade;
- modos de integração entre teoria e prática;
- formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização, integradas e/ou subsequentes à graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com a evolução das ciências, das tecnologias e das efetivas demandas do desempenho profissional, observadas as peculiaridades de cada área do conhecimento e de atuação, por curso;
- incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- concepção e composição das atividades de estágio, por curso;
- concepção e composição das atividades complementares;
- oferta de curso seqüenciais e de tecnologia, quando for o caso.

• Organização Curricular

As instituições de ensino superior, exercitando seu potencial inovador e criativo e da liberdade e flexibilidade que possuem na organização de seus currículos, devem concebê-los de acordo com os regimes acadêmicos que adotarem, a saber: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos, sistemas modulares ou de módulos acadêmicos, sistema de pré-requisitos e de créditos com matrículas por disciplina, prevendo expressamente a integralização curricular do curso como condição para a sua efetiva conclusão e subsequente colação de grau, com a distribuição do tempo útil previsto, definido em termos de carga horária, duração ou redução de duração do curso, de tal forma que os alunos tenham a informação do tempo de estudos previsto e das possibilidades de redução ou ampliação desse tempo, preservado sempre o princípio do padrão de qualidade.

Acrescente-se que, recentemente, a CES/CNE aprovou o Parecer 100/2002 e seu anexo Projeto de Resolução, em 13/03/2002, contendo parâmetros relacionados com a duração dos cursos, com a carga horária e com percentuais para atividades práticas e estágio, tudo de acordo com a organização curricular de cada curso e o regime acadêmico adotado, excetuando-se as licenciaturas plenas e os cursos de formação docente, que têm disciplinamento próprio.

• Estágios e Atividades Complementares

O Estágio Curricular, Supervisionado, deve ser concedido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação.

Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase,

para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, e da própria reprogramação da prática, assegurando-se-lhe, nessa reorientação e reprogramação teórico-prática, o direito subjetivo constitucional ao padrão de qualidade, que se revelará no exercício profissional, já no âmbito das instituições sociais.

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares, assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Enfim, as atividades de extensão, previstas no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, podem ser integradas nas Atividades Complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular, Supervisionado.

• **Acompanhamento e Avaliação**

As IES deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

Assim, as instituições não somente deverão adotar práticas pedagógicas e métodos de ensino/aprendizagem inovadores, direcionados à garantia da qualidade do curso, como também deverão adotar procedimentos alternativos de avaliação que favoreçam a compreensão da totalidade do curso, consolidando o perfil desejado do formando, aferindo também a importância do caráter inter e multidisciplinar das ações didáticas e pedagogicamente estruturadas, inclusive ensejando interface da graduação com a pós-graduação sob diferentes mecanismos, em especial com estímulo à pesquisa, o incentivo à produção científica e a inserção na comunidade sob as diversas formas ou programas de extensão.

Importante fator para a avaliação das instituições é a produção que elas podem colocar à disposição da sociedade e de todos quantos se empenhem no crescimento e no avanço da ciência e da tecnologia. Com efeito, a produção que uma instituição divulga, publica, socializa, certamente será um forte e ponderável indicador para o acompanhamento e avaliação sobre a instituição, sobre o curso e para os alunos em particular que, durante o próprio curso, já produzem, como reflexo da consciência que possuem quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades.

- **Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso**

No conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, a Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso vêm sendo concebidos ora como um conteúdo curricular opcional, ora como obrigatório.

Nos cursos objeto do presente Parecer, a Monografia se insere no eixo dos conteúdos curriculares opcionais, cuja adequação aos currículos e aos cursos ficará à cargo de cada instituição que assim optar, por seus colegiados superiores acadêmicos, em face do seguinte entendimento:

- 1) a graduação passa a ter um papel de formação inicial no processo contínuo de educação, que é também inerente ao próprio mundo do trabalho e da permanente capacitação profissional, isto é, do profissional apto ao enfrentamento dos desafios suscitados pelas mudanças iminentes à conclusão do curso ou emergentes e conjunturais;
- 2) os currículos passam a ser configurados e reconfigurados dentro de um modelo capaz de adaptar-se às dinâmicas condições do perfil desejado do formando, exigido pela sociedade, com todas as contingências que envolvem a história humana, suscitando um contínuo aprimorar-se;
- 3) a monografia se constitui em instrumental mais apropriado aos cursos de pós-graduação *lafo sensu* que os formandos ou egressos venham a realizar, indispensáveis ao seu desempenho profissional qualitativo, especialmente face às inovações científicas e tecnológicas, em diferentes áreas;
- 4) a monografia, pelas suas peculiaridades, deve ter, em cada instituição que por ela opte expressamente, regulamentação própria, com critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação bastante explícitos, bem como diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

3.2. Diretrizes Específicas por Curso Relatado

Sob este tópico serão tratados os aspectos peculiares a cada curso, abrangendo Perfil Desejado do Formando, as Competências e Habilidades, os Conteúdos Curriculares e, quando necessário, um tópico sobre Considerações Finais.

3.2.1 Curso de Graduação em Direito

...

3.2.2 Curso de Graduação em Ciências Econômicas

...

3.2.3 Curso de Graduação em Administração

...

3.2.4 Curso de Graduação em Ciências Contábeis

- **Perfil Desejado do Formando**

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

- **Competências e Habilidades**

Quanto às competências e habilidades, os bacharéis em Ciências Contabilistas deverão ser capazes de:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

- **Conteúdos Curriculares**

Os cursos de graduação em Ciências Contábeis deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

- I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II – Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III – Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise até então desenvolvida resulta oportuno que se façam as seguintes argumentações finais:

1. em razão da metodologia adotada, foi possível definir **diretrizes comuns aos cursos relatados** (item 3.1), isto é, o que de todos se exige como delineamento geral e estabelecer, em seguida, **Diretrizes Específicas para cada curso de graduação** (item 3.2), concebendo-o dentro de uma determinada área de conhecimento e com vistas a um definido perfil desejado do formando, as suas competências e habilidades e a seus conteúdos curriculares, acordo com as implicações científicas e tecnológicas de cada curso;
2. Desta forma, este Parecer grupou, como **diretrizes curriculares comuns aos cursos relatados**, aquelas que se aplicam indistintamente, por seu caráter geral, a todos os cursos ora relatados, o que não significa que todos os cursos tenham o mesmo *modus operandi*, posto que cada um fará a devida adequação às suas peculiaridades daquilo que se exige de todos indistintamente;
3. o Projeto de Resolução de cada curso atende basicamente a essa metodologia, de tal maneira que dispositivos foram reservados ao tratamento das diretrizes específicas, por isto que, conjugando estas com as diretrizes comuns, foi possível elaborar-se um Projeto de Resolução por curso;
4. o Parecer que ora se conclui se ateve às diretrizes comuns e específicas dos cursos relatados, concentrando-as eminentemente na graduação, posto que as outras modalidades de oferta, em nível superior, como é o caso das licenciaturas, dos cursos sequenciais, dos tecnólogos, do curso normal superior e outros estão tendo disciplinamento próprio;
5. quanto à integralização curricular, as Resoluções, com base nas diretrizes comuns aos cursos ora relatados, prevêm que a organização curricular indicará expressamente as condições para a efetiva conclusão do curso, de acordo com os regimes acadêmicas que as instituições de ensino adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, observados os elementos estruturais nos respectivos projetos pedagógicos, como reza o art. 11 proposto nos Projetos de Resolução;
6. os aspectos relacionados com a duração do curso de graduação, com a carga horária e os tempos possíveis de integralização curricular de acordo com os regimes acadêmicos, por se tratar de parâmetros, ficarão definidos no projeto pedagógico do curso e em sua organização curricular, convindo registrar que adveio da Câmara de Educação Superior, com muita oportunidade, o Parecer 100/2002, definindo os indicadores relacionados com "Carga Horária dos Cursos de Graduação", com o respectivo projeto de Resolução, ambos aprovados em 13/03/2002. Nele se observa, por exemplo, que o percentual máximo de atividade prática, sob a forma de pesquisa, **de estágio ou de intervenção supervisionada é de 15%**, não se referindo, portanto, às licenciaturas plenas, graduação superior, para as quais a própria Lei 9.394/96, em seu art. 65, definiu o mínimo de 300 (trezentas) horas para o estágio supervisionado;
7. resta, portanto, evidenciado, que este Parecer deveria mesmo direcionar-se apenas aos cursos de graduação relatados, sem envolver outras modalidades de oferta, por isto que a eles já se aplicam o Parecer CES 100/2002 e a Resolução dele decorrente;
8. ademais, alguns cursos guardam entre si total interdisciplinaridade, de tal maneira que os domínios alcançados em uns são também necessariamente exigido em outros, resultando também em estudos transversais e complementares que possam preservar esse liame que torna semelhantes cursos de graduação especificamente diferentes;
9. de referência às Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Direito, verifica-se que, com o advento da LDB (9.131/95 e 9.394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais, não se justifica mais, tanto do ponto de vista jurídico como acadêmico, cogitar

que esteja em vigor a Portaria 1.886/94 para o curso de Direito, considerada até a sua automática revogação, como ficará evidenciado:

- 9.1. a Portaria remetida foi editada ainda na vigência da LDB 4.024/61 e 5.540/68, estabelecendo que os cursos de graduação teriam seus Currículos Mínimos Nacionais fixados pelo então Conselho Federal de Educação, na forma, respectivamente, dos artigos 9º e 26, revogados a partir de 1995/1996, com a nova LDB supra mencionada;
- 9.2. a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.131/95 e 9.394/96), além de revogar expressamente as mencionadas Leis 4.024/61 e 5.540/68, no seu art. 92, "**e as demais leis e decretos-lei que as modificaram (excetuando-se a Lei 9.131, de 24/11/95, e 9.192, de 21/12/95), e quaisquer outras disposições em contrário**", tratou da matéria de forma abrangente, geral, ao estabelecer que os cursos de graduação terão seus currículos estruturados pelas instituições de educação superior harmonicamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação que o Conselho Nacional de Educação, por sua Câmara de Educação Superior, fixasse, como ora ocorre;
- 9.3. a revogação do disciplinamento estabelecido na Portaria 1.886/94 quando dispôs da obrigatoriedade de disciplinas, conteúdos e práticas, já formatados em cinco séries e com duração determinada, adotando a mesma sistemática do rígido e preestabelecido Currículo Mínimo Profissional Nacional, incompatível com a nova LDB, cedeu lugar à criatividade e à competência inovadora das instituições de ensino superior, observados os eixos norteadores da nova configuração curricular e do projeto pedagógico dos cursos jurídicos, a partir das supra referidas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Gerais para os cursos de graduação;
- 9.4. a proposta ao Ministro de Estado da Educação da formalização da revogação da Portaria 1.886/94 foi objeto do Parecer 507/99-CES/CNE, aprovado à unanimidade pela referida Câmara, com a fundamentação ali esposada, considerando ainda o disciplinamento contido no art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, segundo o qual se terá como revogada uma lei ou um ato normativo qualquer quando outro, da mesma natureza ou de hierarquia superior os revogar expressamente ou tratar da matéria de forma diversa, ou ainda quando o novo tratamento dado a matéria for incompatível com o da norma anterior, por isto considerada revogada, inaplicável, a partir da nova lei, como é o caso.
- 9.5. as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Gerais do curso de graduação em Direito se harmonizam com as orientações e diretrizes fixadas pelos Pareceres 776/97 e 583/2001, que se destinam a todos os cursos, incluindo-se os cursos de graduação em Direito, pela evidência de que a Portaria 1.886/94 e Portaria MEC 1.252/2001 não mais subsistem na ordem jurídica, como consta do Parecer CES 507, de 19/5/99, especificamente quanto à insubsistência da referida Portaria e das supervenientes, assegurando coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais e da graduação em Direito.

IV – VOTO DO(S) RELATOR(ES)

Diante do exposto, voto(amos) nos seguintes termos:

- 1) favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design, propostas pelas respectivas Comissões de Especialistas da SESu/MEC, com os acréscimos e reformulações constantes deste Parecer;
- 2) pela aprovação dos Projetos de Resolução em anexo, que fazem parte integrante deste Parecer e deste voto.

Brasília-DF, 03 de abril de 2002.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Relator

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer - Relator

V – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto da Comissão.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2002.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Vice-Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº DE DE DE 2002.

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nºs. 776/97, de 03/12/97, 583/2001, de 04/04/2001, e 100/2002, de 13/03/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Contabilidade, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta do Parecer CES/CNE nº , aprovado na sessão de / / e homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. O currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis, a ser elaborado pelas Instituições de Ensino Superior, universitárias e não-universitárias, observará as Diretrizes Curriculares Nacionais, o disposto nesta Resolução e no Parecer CES/CNE nº .

Art. 2º. A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Parecer indicado no artigo precedente, abrangerá o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, a monografia como componente opcional da instituição, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Parágrafo único. O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações da

Contabilidade e Atuária, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

Art. 3º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis, estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto no artigo precedente.

Art. 4º. O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º. O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Econômicas e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º. As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 5º. As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 6º. A Monografia é componente curricular opcional de cada Instituição de Ensino Superior.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir a Monografia no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo respectivo conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 7º. As Instituições de Ensino Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, os critérios de avaliação a que serão submetidos.

Art. 8º. O curso de graduação em Ciências Contábeis deve contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

Parágrafo único. O perfil desejado referido no artigo deve contemplar capacidade de análise e domínios de conceitos e da terminologia própria, na interpretação e controle de situações contábeis relacionados com os modelos organizacionais e institucionais, públicos ou privados, observada a postura reflexiva e crítica indispensável ao exercício das Ciências Contábeis e Atuariais, e de sua aplicação para o desenvolvimento social e institucional.

Art. 9º. O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas funções com o expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 10. Os cursos de graduação em Ciências Contábeis deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

- I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III - Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Art. 11. A definição da duração do curso de graduação, a carga horária e o tempo de integralização curricular, de acordo com os regimes acadêmicos previstos no art. 3º desta Resolução, serão estabelecidos em Resolução específica da Câmara de Educação Superior, na forma dos Pareceres CES/CNE nºs 583/2001, aprovado em 04/04/2001, e 100/2002, de 13/03/2002.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR-DPES

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS-CEE/Contábeis.

DIRETRIZES CURRICULARES

(De acordo com o Edital nº 04/97 do MEC)

1.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1.ÁREA : Contabilidade e Atuária

1.2.CURSO : Ciências Contábeis

2.DADOS DA PROPOSTA

2.1.DENOMINAÇÃO DO CURSO :Graduação em Ciências Contábeis

2.2.CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA:

2.2.1.PERFIL DESEJADO DO FORMANDO

Perfil Geral = profissionais dotados de competências e habilidades, que viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade ("accountability").

Perfis Específicos = profissional que exerce com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica.

2.2.2.COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1)Descrição das principais Competências e Habilidades Gerais:

1.1)ser proficiente:

- (a) no uso da linguagem contábil, sob a abordagem da teoria da comunicação (semiótica);
- (b) na visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil;
- (c) no uso de raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas;
- (d) na elaboração de relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários;
- (e) na articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis;

1.2)ser capaz de:

- (a) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- (b) exercer com ética as atribuições e prerrogativas, que lhes são prescritas através de legislação específica.

3. CONTEÚDOS CARACTERIZADORES DO CURSO

3.1. CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS DE FORMAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL (50% da carga horária total). Estes conteúdos não representam nomes de disciplinas, mas áreas de conhecimentos:

1. CONTEÚDOS DE ADMINISTRAÇÃO
 - Teoria Geral da Administração
 - Estratégia Empresarial
 - Comportamento Organizacional
2. CONTEÚDOS DE ECONOMIA
 - Teoria da Firma (Monopólio, Oligopólio, Concorrência Perfeita, etc)
 - Cenários Econômicos e Economia Internacional
 - Economia da Empresas
3. CONTEÚDOS DE DIREITO
 - Legislação Social e Trabalhista
 - Direito Tributário
 - Direito Comercial e Societário
4. CONTEÚDOS DE MÉTODOS QUANTITATIVOS
 - Medidas de Tendência Central e de Dispersão
 - Análise de Regressão e Correlação
 - Análise de Série Temporal
 - Cálculo Integral e Diferencial
5. CONTEÚDOS DE TEORIA DA CONTABILIDADE
 - História do Pensamento Contábil
 - Ativo e Passivo e sua Mensuração
 - Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos e suas Mensurações
 - Teorias do Patrimônio Líquido
 - Princípios Fundamentais de Contabilidade e Harmonização Internacional
6. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
 - Princípios, Normas e Procedimentos de Contabilidade Financeira
 - Elaboração e Evidenciação das Demonstrações Contábeis
7. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA
 - Contabilidade de Tributos Federais, Estaduais e Municipais
 - Planejamento Tributário
8. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL
 - Métodos de Custeio
 - Sistemas de Acumulação de Custos
 - Análise de Custos
 - Descentralização (Preço de Transferência e Centro de Resultado)
9. CONTEÚDOS DE AUDITORIA
 - Controles Internos
 - Princípios, Normas e Procedimentos de Auditoria
 - Planejamento de Auditoria
 - Papéis de Trabalho

10. CONTEÚDOS DE CONTROLADORIA

- Sistemas de Informações
- Processo de Planejamento, Execução e Controle
- Avaliação de Desempenho
- Responsabilidade de Prestar Contas da Gestão Perante a Sociedade ("Accountability")

3.2. CONTEÚDOS OPTATIVOS PARA ÊNFASE(S) CURRICULAR(ES) (50% restantes da carga horária total): para o desenvolvimento de competências e habilidades, que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais, as IES terão a liberdade de definir livremente a metade do currículo pleno. A IES que optar por ênfase(s) (por exemplo: auditoria, análise de sistemas contábeis, controladoria, contabilidade pública, contabilidade tributária, contabilidade societária, contabilidade de custos, perícia, arbitragem contábil, contabilidade de organizações não governamentais, contabilidade ambiental, contabilidade internacional, contabilidade e finanças corporativas, etc) deve completar a metade do currículo pleno levando em consideração tal opção. A IES que não optar por ênfase(s) deve utilizar estes conteúdos optativos para completar a formação plena do contador.

4. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES DE CONHECIMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UMA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO):

4.1. PECULIARIDADES PARA A CONFIGURAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO: na configuração da grade curricular (currículo pleno) as IES terão a liberdade de considerar as peculiaridades locais e regionais, em função da(s) opção(ões) escolhida(s) como ênfase(s) do curso, que forem consideradas adequadas ao perfil desejado do formando, obedecendo sempre, entretanto, o limite de 50% da carga horária total para os conteúdos obrigatórios de formação básica e profissional e de 50% para os conteúdos da(s) ênfase(s) curricular(es).

4.2. FLEXIBILIDADE PARA A CONFIGURAÇÃO DA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO): é importante e conveniente que a grade curricular, preservada a articulação necessária entre as diversas áreas de conhecimento, que contribuem para a formação da Ciência Contábil, contemple mecanismos capazes de conferir um grau de flexibilidade, que permita aos estudantes desenvolver vocações, interesses e potenciais específicos individuais, sem perda, entretanto, do foco principal do curso, ou seja, do perfil desejado do formando.

4.3. SUGESTÕES PARA A CONFIGURAÇÃO DE UMA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO): tendo em vista a possibilidade de cada IES optar por ênfase(s) curricular(es), que julgar mais adequada(s) ao perfil desejado do formando do seu curso, as competências e habilidades próprias desse perfil determinarão a grade curricular que lhe for mais apropriada. Para facilitar a elaboração de uma grade curricular de um curso de graduação em Ciências Contábeis e, apenas a título de sugestão, apresenta-se a seguir, além dos conteúdos obrigatórios, uma relação de conhecimentos: teoria da comunicação (semiótica); sociologia das organizações; sistema de informações; teoria e análise de sistemas; análise de cenários econômico-financeiros; demonstração do valor adicionado; balanço social; mensuração e avaliação patrimonial; contabilidade e prática de constituição, alterações e encerramento de empresas; contabilidade societária; logística e gestão estratégica de custos; estrutura e análise técnica de mercado de capitais; contabilidade inflacionária, juros e câmbio; informação contábil para decisões de créditos; gestão de tecnologias e de processos avançados de produção; planejamento estratégico, tático, operacional e orçamentos; aquisições, fusões, incorporações, cisões, privatizações, formação de grupos, etc; auditoria interna; arbitragens e perícias contábeis; análise de riscos e de carterias de investimentos; operações de arrendamento, factoring, hedging, derivativos, securitização, etc; contabilidade internacional; contabilidade social; contabilidade ambiental; contabilidade, orçamento e auditoria governamental; contabilidade de recursos humanos e outras formas de contabilidade específica; estágios supervisionados, jogos de empresa, trabalhos de conclusão de curso e atividades complementares.

4.4. ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: tendo em vista a eficácia da tipologia de curso de cada IES, seu projeto pedagógico no qual o currículo pleno estará inserido deverá contemplar atividades que coloquem o estudante frente à realidade do mercado. Cada IES deverá instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação, com base em dados, da contribuição das atividades de articulação entre a teoria e a prática para a eficácia de tipologia de curso definido por ela.

4.5. CURSOS SEQUENCIAIS: atendida a regulamentação aprovada pelo CNE-Conselho Nacional de Educação, as IES poderão criar mecanismos de aproveitamento, no curso de graduação, de

conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de cursos sequenciais oferecidos pela própria instituição.

4.6. ESTUDOS INDEPENDENTES: as IES deverão criar também mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, previstas em lei, presenciais e/ou à distância, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso.

5. CARGA HORÁRIA e DURAÇÃO DO CURSO:

5.1. CARGA HORÁRIA: será no mínimo de 2.400 horas-aula, sendo 50% da carga horária total destinada a conteúdos de formação básica e profissional, obrigatórias para todas as IES, e 50% a conteúdos para ênfases curriculares, que deverão ser livremente escolhidos e oferecidos de acordo com o(s) perfil(is) do(s) formando(s) definido(s) pela IES.

5.2. DURAÇÃO DO CURSO: a duração mínima do curso será de 700 (setecentos) dias letivos, sendo que a IES terá autonomia para fixar uma duração mínima superior a 700 (setecentos) dias letivos para o seu curso. O período máximo para conclusão do curso, entretanto, não poderá ultrapassar 50% do período mínimo definido pela instituição.

6. AVALIAÇÕES PERIÓDICAS

6.1. AVALIAÇÃO DISCENTE: com base em dados quantitativos e indicadores específicos, as IES deverão criar instrumentos de avaliações contínuas e cumulativas que traduzam a formação dos estudantes, tanto em termos de conhecimentos teóricos como práticos. Estas avaliações deverão ter como foco a melhoria contínua do processo de ensino das IES.

6.2. AVALIAÇÃO DOCENTE: com base em dados quantitativos e indicadores específicos, as IES deverão desenvolver formas e critérios de avaliação sistemática das atividades de pesquisa, ensino e extensão dos docentes e dos respectivos processos de apoio administrativo. As avaliações deverão ter como foco a melhoria contínua dessas atividades, contemplando, além do desempenho acadêmico, a produção científica e os serviços de extensão à comunidade, bem como a melhoria contínua dos processos de apoio administrativo à essas atividades dos docentes.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Em termos de qualidade de ensino, a eficácia da tipologia de curso da IES e de sua grade curricular (currículo pleno) dependerão, dentre outros fatores: (a) do número de ações e programas que incentivem os estudantes a participarem de atividades de iniciação à pesquisa, através de laboratórios de pesquisa contábil; (b) do número de estudantes que participem dessas atividades com a assistência de professores pesquisadores e; (c) de outras formas de integração entre os cursos de graduação e de pós-graduação. As IES deverão desenvolver mecanismos e critérios de avaliação da melhoria contínua da qualidade de ensino, tendo como base dados quantitativos e indicadores específicos, que traduzam adequadamente os resultados das ações e programas de transferência de conhecimentos adquiridos pelos docentes, em cursos de pós-graduação, para os estudantes de graduação.

Brasília, 12 de Abril de 1999.

CEE-Ciências Contábeis

Prof. Dr. Masayuki Nakagawa - Presidente

Prof. Dr. Cesar Augusto Tibúrcio Silva

Profª.Dra. Ilse Maria Beuren

Prof. Dr. Paulo Schmidt